

**ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTAS DE
REVISÃO NA ÁREA EDITORIAL:
UMA EXPERIÊNCIA NO *EXPRESSO***

Carla Alexandra Tomé Pacheco

**Relatório de Estágio de Mestrado
em Consultoria e Revisão Linguística**

Outubro de 2013

Relatório de estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Consultoria e Revisão Linguística sob orientação científica da Professora Doutora Alexandra Fiéis.

Para a minha mãe e tia

AGRADECIMENTOS

A realização desta etapa do mestrado só se tornou possível graças à contribuição direta ou indireta de algumas pessoas, às quais gostaria de deixar uma palavra de agradecimento. Sem elas, não teria sido possível chegar até aqui.

Em primeiro lugar, um profundo agradecimento à minha professora, Professora Doutora Alexandra Fiéis, por toda a ajuda, dedicação, pelos comentários pertinentes e interesse.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nomeadamente à Doutora Sandra Matias e à Doutora Cátia Carvalho, as quais contribuíram também para a realização desta etapa.

À Luzia Guerreiro, minha orientadora no jornal *Expresso* e responsável pelo departamento de revisão de texto, um especial agradecimento, bem como ao Doutor João Vieira Pereira, diretor-adjunto deste semanário. Sem os seus contributos, este objetivo não teria sido cumprido.

Gostaria ainda de agradecer ao Tiago Cardoso, do departamento de Recursos Humanos do grupo Impresa, pela sua disponibilidade e profissionalismo.

A todos os meus colegas de mestrado o meu muito obrigado, em especial à Rita e Sofia.

À Bárbara, por estar sempre disponível.

Ao Renato, por estar sempre presente.

ÍNDICE

1.	Introdução.....	10
2.	Caracterização da instituição de acolhimento.....	11
3.	O papel do revisor num jornal.....	12
4.	O público leitor português: uma abordagem.....	13
5.	Tarefas realizadas junto da instituição de acolhimento.....	15
6.	Análise crítica dos problemas encontrados e propostas de revisão.....	17
6.1.	Uso de empréstimos.....	18
6.1.1.	Uso de locuções não vernáculas.....	24
6.1.2.	Outros casos.....	26
6.2.	Uso de estrangeirismos.....	27
6.3.	Pontuação.....	34
6.3.1.	Uso da vírgula em diferentes contextos.....	35
6.3.1.1.	O uso da vírgula em orações finais.....	35
6.3.1.2.	Alguns casos de pontuação com relativas.....	37
6.4.	Sintaxe.....	39
6.4.1.	Concordâncias.....	40
6.4.1.1.	Concordância com sujeitos compostos.....	41

6.4.1.2. Concordância com sujeitos de	
estrutura de quantificação complexa....	44
6.4.2. <i>Queísmo</i>	47
6.4.3. <i>Dequeísmo</i>	49
6.4.4. Outros casos.....	50
6.4.4.1. O caso da locução <i>para além de</i>	50
7. Conclusão.....	52
8. Referências bibliográficas.....	55
9. Anexo. Exemplos dos casos tratados na secção 6.....	59

Uma das mais velhas ilusões do homem

é a de que uma língua deve ser exactamente

igual para todos os que a falam.

Ivo Castro, 2001

RESUMO

Com vista ao cumprimento dos requisitos à obtenção do grau de mestre no âmbito do mestrado de Consultoria e Revisão Linguística, foi realizado o presente relatório após estágio no jornal *Expresso*, publicação semanal do grupo Impresa.

As tarefas desenvolvidas tiveram como objetivos aprofundar conhecimentos na área editorial, refletir sobre as dificuldades de um revisor de texto no decorrer do seu trabalho diário, e ainda adquirir competências e aprender estratégias que permitissem melhorar o trabalho a desenvolver.

As tarefas realizadas durante este estágio foram diversas, sempre com o propósito de tornar o texto mais legível e claro para o leitor. A meu cargo estavam a correção de gralhas, de pontuação, a substituição de repetições de palavras por sinónimos, a uniformização de maiúsculas e minúsculas, a verificação de concordâncias, o tratamento de estruturas complexas e de estrangeirismos, bem como de alguns empréstimos.

PALAVRAS-CHAVE: revisor, revisão de texto, jornal, consultoria

ABSTRACT

The present work is the result of an internship that took place in newspaper Expresso, a weekly publication of Impresa Group, in order to fulfill the requirements of the Master's degree in Linguistic Revision and Consultancy.

The work developed so far aimed to deepen the knowledge within the editorial area, reflecting on the difficulties that a proofreader has on his daily work, and also to acquire skills and to learn strategies that allow the improvement of the tasks to be done.

The tasks carried out during the internship always aimed at making texts legible. The following tasks were of my responsibility: the correction of typos, punctuation, the choice of synonyms, capitalization, concordances, complex sentences, replacement of loans and foreign words.

KEYWORDS: *proofreader, proofreading, newspaper, consultancy*

1. Introdução

De forma a cumprir os requisitos com vista à obtenção do grau de mestre em Consultoria e Revisão Linguística, e com o objetivo de aprofundar conhecimentos na área editorial e de desenvolver mais competências ao nível da revisão de texto, escolhi realizar um estágio com relatório. O presente trabalho teve a orientação da Professora Doutora Alexandra Fiéis.

Às razões que motivaram a escolha de um estágio posso ainda acrescentar mais algumas. Uma delas prende-se com o enriquecimento cultural, permitindo o contacto de forma frequente com um sem número de matérias oriundas de várias áreas; outra, com a proximidade com os jornalistas, percebendo quais as suas maiores dificuldades no que se refere a redação e assim melhorar o meu trabalho. Outro motivo que me levou a optar por este estágio foi o poder trabalhar junto de vários profissionais de revisão de texto, de maneira a poder partilhar e discutir com eles problemas e dúvidas, e decidir sobre qual a melhor forma de intervir em determinada notícia.

Para a realização do estágio, escolhi o grupo Impresa, que, após entrevista, me aceitou como estagiária do jornal *Expresso* durante quatro meses, de forma a completar as 400 horas previstas no plano de estudos. Nesta publicação, tive como orientadora Luzia Guerreiro, responsável pelo departamento de revisão de texto.

O presente trabalho, resultado do estágio nesta empresa, será constituído por nove secções: introdução, caracterização da instituição de acolhimento, o papel do revisor num jornal, o público leitor português: uma abordagem, tarefas realizadas junto da instituição de acolhimento, parte prática (análise de alguns problemas encontrados), conclusão, referências bibliográficas e anexo.

As cinco primeiras secções são mais teóricas, com a identificação da instituição de acolhimento, do papel do revisor de texto num jornal e das tarefas desenvolvidas na instituição. A sexta secção será dedicada à análise de alguns temas que me suscitaram maiores dúvidas. A sétima refere as conclusões a que cheguei, findo este percurso. A oitava secção será dedicada às fontes consultadas, e que me permitiram fundamentar o meu trabalho, e, na última secção, o anexo, apresentarei todos os exemplos analisados na secção seis.

Todas as tarefas de revisão de texto desenvolvidas no jornal *Expresso* tiveram como base o Acordo Ortográfico de 1990, à exceção de algumas notícias, cujos autores optaram por escrever ao abrigo do Acordo Ortográfico de 1945, e que se encontravam devidamente identificadas.

2. Caracterização da instituição de acolhimento

O estágio foi realizado no jornal *Expresso*, nas instalações do grupo Impresa, no Edifício São Francisco de Sales, Rua Calvet de Magalhães, n.º 242, no 4.º andar, em Paço de Arcos.

O grupo Impresa foi criado em 1972 com o nome de Sojornal/Expresso por Francisco Pinto Balsemão com o objetivo de desenvolver um semanário de qualidade em Portugal. Três anos depois, a empresa fundou a VASP de forma a ter um parceiro que garantisse a distribuição do jornal *Expresso*. A VASP é a responsável pela distribuição de todas as publicações do grupo e também da de outras empresas.

Anos mais tarde, o grupo continuaria o seu percurso com a edição de revistas, com a revista *Exame* a encabeçar a lista de publicações. O grupo publica os seguintes jornais e revistas: *Expresso*, *Exame*, *Courrier International*, *Visão*, *Jornal de Letras*, *Visão Júnior*, *Visão História*, *Exame Informática*, *Caras*, *Caras Decoração*, *Activa*, *TVmais*, *Telenovelas*, *Blitz* e *Visão Viagens*.

No ano de 1991, a empresa abre-se a capitais externos, dando origem à denominação Impresa. Neste mesmo ano, o grupo torna-se acionista de um dos primeiros canais de televisão privados em Portugal, a SIC. Em 2001, o setor da televisão viria a integrar a SIC Internacional e a SIC Notícias.

O ciclo de expansão do grupo Impresa continuará até 2008, ano em que se constitui como o maior grupo de comunicação social em Portugal.

O jornal *Expresso*, no qual realizei o estágio que é alvo deste relatório, de acordo com um estudo da Bareme Imprensa, realizado entre janeiro e junho de 2010, tem leitores com idades compreendidas entre os 24 e os 54 anos, predominando os do sexo masculino. No que respeita ao nível socioeconómico, os leitores desta publicação são

quadros médios e altos, e encontram-se geralmente concentrados nas grandes áreas urbanas, com predominância na região de Lisboa.

O estudo destaca ainda que o leitor do *Expresso* tem preocupações ambientais, gosta de estar sempre informado e é um grande utilizador da internet, estando bastante familiarizado com as novidades tecnológicas.

Segundo a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação, em 2013, o jornal *Expresso* viu diminuir os seus números no que respeita à circulação. Embora as tiragens tenham subido no segundo bimestre comparativamente ao primeiro, o terceiro bimestre mostra que houve um decréscimo na ordem dos três mil exemplares, conforme exposto no quadro a seguir.

QUADRO 1 – Números de tiragem e circulação do semanário *Expresso* no ano de 2013 (primeiros três bimestres)

<i>Expresso</i> (2013)	1.º Bimestre	2.º Bimestre	3.º Bimestre
Tiragem	114 563	115 533	112 772
Circulação	96 739	95 095	93 519

Fonte: Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação

(http://www.apct.pt/Analise_simples.php?idSegmento=&ano=2013&ordenacao=titulo%20ASC)

3. O papel do revisor num jornal

O revisor de texto é o último profissional a intervir numa notícia antes da sua publicação. Se bem que seja impossível a um profissional desta área “limpar” todo um texto devido, como veremos mais adiante, a questões tão diversas como o respeito pelos autores dos textos, jornalistas ou comentadores, o cansaço acumulado de horas de trabalho, a hora a que chega a notícia para rever, entre outras, certo é que uma notícia trabalhada por um revisor de texto sairá para publicação mais limpa e clara.

No entanto, tem-se verificado que o papel do revisor num jornal tem vindo a diminuir. Esta situação pode ser explicada por diversas razões, nomeadamente, pela evolução tecnológica. Hoje em dia, os avanços tecnológicos permitem a um computador corrigir

alguns problemas de redação do português, sobretudo de “gralhas”. Depois, espera-se que um jornalista saiba fazer o papel do revisor e corrija os seus próprios textos. Com efeito, este método de trabalho está cada vez mais instituído nas redações, razão pela qual os revisores de texto são vistos como desnecessários. Ora, um computador pode ser eficiente, mas não dá conta de problemas como concordâncias, pontuação em relativas, por exemplo, que ocorrem frequentemente nos textos dos jornalistas, como pude observar nas peças que revi no *Expresso*.

Porém, serão talvez os fatores económicos a principal razão para a dispensa destes profissionais. A publicidade paga, na atual conjuntura, tem vindo a diminuir. Como consequência, os jornais diminuem o seu número de páginas, o que vai contribuir de forma direta para reduzir a contratação destes profissionais. Ou seja, se há menos publicidade paga, um jornal terá certamente menos páginas de forma a reduzir custos. Desta forma, o trabalho de um revisor será menor, razão pela qual pode haver dispensa destes profissionais numa redação.

No cômputo geral, pode dizer-se que a redução de custos é, de facto, o principal motivo que leva à dispensa de revisores. Porém, nem as ferramentas informáticas utilizadas hoje em dia podem substituir um profissional desta área, nem um jornalista possuirá todas as competências necessárias à revisão de um texto. Neste sentido, o papel de um revisor é necessário e importante porque é ele que estabelece a ponte entre o leitor e o jornal, contribuindo para que uma notícia chegue nas melhores condições possíveis ao primeiro, a quem efetivamente se destina.

Um jornal, assim como qualquer documento ou texto informativo dirigido ao grande público, tem a obrigação cívica de escrever a língua materna de forma irrepreensível, pois a leitura é uma ferramenta indispensável para aumentar o nível de literacia da sociedade.

4. O público leitor português: uma abordagem

Atualmente, com as transformações operadas nos jornais convencionais devido ao surgimento das versões *online*, também o público leitor português parece encontrar-se em fase de mudança. Um público que pretende estar informado, mas que não quer

despender demasiado tempo a procurar as notícias e a ler textos de uma ou mais páginas.

Inicialmente, a versão *online* de um periódico pretendia ser apenas a reprodução do jornal físico, mas, com o tempo, começou a adquirir uma maior importância, uma vez que deixou de ser uma cópia integral do jornal em papel para passar a incluir também notícias de última hora, transversais às várias áreas. Seguramente que o fator da globalização é o principal motor de todas as transformações operadas na imprensa de hoje.

No entanto, estas mudanças parecem não se limitar apenas à esfera da imprensa, pois também o público leitor português parece estar a mudar.

Se recuarmos um pouco na história, veremos que não há muito tempo apenas uma pequena percentagem da população tinha hábitos de leitura. As camadas mais baixas da sociedade e a mulher evidenciavam números importantes de analfabetismo.

O predomínio do jornal em relação ao livro, por exemplo, era evidente, mas este não poderia «impor uma “crítica ilustrada” a um “público pouco ilustrado” que a custo ia emergindo do analfabetismo» (Gomes, 1997: 16).

Mais tarde, alguns fatores como a industrialização e a escolarização contribuiriam para a reviravolta desta situação, fazendo recuar os níveis de analfabetismo e criando hábitos de leitura no povo português. Também o desenvolvimento dos transportes e a progressiva melhoria dos meios económicos viriam a contribuir para o aumento do número de leitores.

Os jornais eram a forma de leitura mais comumente disseminada em Portugal, pois chegavam a um maior número de pessoas. Havia o hábito de “comprar o jornal”, que passou a ser transversal às várias camadas da sociedade.

Porém, mais recentemente, e com as plataformas *online* a disponibilizarem os jornais através de computadores ou de *tablets*, o costume de “comprar o jornal” tem vindo a diminuir. Isto porque os jovens de hoje crescem junto dos conteúdos disponibilizados através da internet e não sentem a necessidade de adquirir o jornal em papel. A juntar-se a este fator social há também o económico, pois os jovens nem sempre podem pagar

diariamente o valor do jornal. É, portanto, uma forma mais económica de estarem atualizados.

Segundo Miranda (2012: 4), «quem lia jornais, salvo raras exceções, continua a ler jornais, mas, para as gerações mais jovens, a imprensa não é uma prioridade e, assim, não lendo actualmente, é provável que não [o] venham a fazer no futuro».

Perante tal facto, talvez se possa considerar a possibilidade de a imprensa poder vir, no futuro, a figurar somente nos canais *online*. Com efeito, a revista *online Briefing* (9 de setembro de 2013) sugere mesmo uma data para que tal aconteça: «Os jornais impressos acabarão em Portugal ou tornar-se-ão insignificantes no ano de 2028, refere um estudo da Future Exploration Network, uma consultora norte-americana de estratégias de media.»¹

5. Tarefas realizadas junto da instituição de acolhimento

No jornal *Expresso*, todo o trabalho de revisão é efetuado no departamento de revisão de texto, designado internamente por *copydesk*.

Esta publicação encontra-se carregada no programa *Hermes*, a ferramenta informática através da qual se desenvolve todo o jornal. Esta ferramenta permite a qualquer profissional que integra a realização deste semanário – desde o editor ao paginador – abrir individualmente cada uma das suas tarefas, seja ela de revisão de texto, seja de paginação, edição, entre outras. É em torno deste instrumento que a publicação semanal vai ganhando forma.

O jornal começa a fazer parte do *Hermes* após as notícias (escritas pelos jornalistas) ou os artigos de opinião (escritos pelos comentadores do jornal) serem carregados nesta plataforma pelo departamento de paginação.

Numa primeira fase, o texto é trabalhado por um editor, que tem como tarefa a sua adaptação ou verificação, de acordo com critérios editoriais. Cada texto destina-se a ocupar um espaço numa página e, por isso, tem um número limitado de caracteres, sendo assim de extrema importância o trabalho realizado por este profissional.

¹ Fonte: (<http://www.briefing.pt/media/21934--2028-o-ano-do-fim-dos-jornais-impressos-em-portugal.html>)

Numa segunda fase, o texto é trabalhado novamente pelo paginador, que verifica se o texto está de acordo com o espaço a que se destina depois de este ter passado pelo editor. A fase que se segue pertence ao revisor de texto (ou *copydesk*). Seguidamente, o texto passa novamente para o departamento de paginação, onde termina o seu percurso. A partir daqui, o texto encontra-se “fechado” e, por isso, pronto para ir para a gráfica.

A estas diferentes fases de trabalho são atribuídas cores que têm como finalidade a identificação da etapa em que se encontra o texto. Existem várias cores, mas o verde é a cor mais importante, pois é aquela que identifica que o texto está pronto para ser lido pelo revisor de texto.

Numa primeira fase do processo de edição, o meu trabalho consistia em identificar no *Hermes* os textos que se encontravam prontos para rever, de acordo com as prioridades de fecho. Com efeito, as várias partes que constituem o *Expresso* não fecham todas ao mesmo tempo. Este fecha por cadernos. Por exemplo, a *Revista* fecha à terça-feira, enquanto na quarta-feira é o dia de fecho do jornal *Atual*. Depois, na quinta-feira, fecha-se o caderno de economia, e, finalmente, na sexta-feira, o primeiro caderno.

A segunda fase iniciava-se após a identificação do texto a rever e consistia na revisão das notícias que se encontravam “fechadas” pelo editor, isto é, cortadas e adaptadas. Seguia-se depois a validação dos textos pela minha orientadora (alguns textos de opinião, nomeadamente os de Pedro Mexia e Miguel Sousa Tavares, não me eram dados a rever por, segundo ela, serem de difícil compreensão e por não poderem sofrer muitas alterações devido à importância que tais autores têm na nossa sociedade). Após a sua aprovação, eu efetuava a revisão da notícia, a qual deveria rever duas vezes. Esta tarefa era sempre iniciada e terminada com a passagem pela notícia do corretor ortográfico do *Hermes* (atualizado com o Acordo Ortográfico de 1990). Assim, eliminavam-se problemas de acentuação, de ortografia e de hifenização. Aliás, raros foram os problemas deste tipo encontrados.

No decorrer do processo de revisão propriamente dito, tinha a meu cargo as seguintes tarefas: corrigir gralhas; pontuação; evitar repetições, recorrendo à substituição por sinónimos; evitar estruturas complexas e de difícil entendimento; verificar concordâncias; uniformizar o uso de maiúsculas e minúsculas; regular o uso de estrangeirismos, recorrendo ou não a itálico; identificar galicismos e substituí-los, ou

não, consoante a situação, por palavras em português vernáculo. Na secção seguinte, farei a análise detalhada de alguns destes temas (os que me causaram mais dúvidas).

Finalizada esta tarefa, a minha orientadora revia então o meu trabalho, podendo, ou não, efetuar alguma alteração, explicando a razão da mesma. Para terminar este processo, gravava-se o texto no *Hermes* e, através dele, mudava-se a cor de verde para azul, o que significava que a notícia estava pronta para seguir para o departamento de paginação, onde seria finalizada.

No entanto, apesar do trabalho de revisão realizado na versão em papel do *Expresso*, esta tarefa não é efetuada na sua versão *online*. Com efeito, o jornal vem a público neste último formato sem qualquer revisão. Possivelmente, tal dever-se-á, como referi na secção 3, a dificuldades financeiras, as quais impossibilitam a contratação de mais profissionais da área da revisão de texto, e à rapidez com que as peças devem ser colocadas na plataforma.

De forma a terminar esta secção, gostaria ainda de salientar que, embora não constituísse uma tarefa relacionada diretamente com o trabalho de revisão, eram frequentes as solicitações dos jornalistas com dúvidas de português. A hifenização, a eliminação de consoantes mudas em palavras ao abrigo do novo acordo ortográfico, a dificuldade de escolha entre *porque* ou *por que* eram algumas das dúvidas mais comuns e às quais procurávamos, na qualidade de revisores, dar resposta da melhor forma possível.

6. Análise crítica dos problemas encontrados e propostas de revisão

Conforme mencionado, o *Expresso* é um jornal de referência em Portugal, abordando temas que vão desde a política à economia, passando pelo turismo, cultura, entre outros assuntos que marcam a atualidade. É, pois, extremamente enriquecedor ler sobre temas de áreas tão diversas, pois, em minha opinião, permite-nos melhorar o desempenho da tarefa de revisão. O facto de os assuntos serem generalistas e quotidianos, faz com que familiarização com o “léxico” de cada uma das áreas a intervencionar seja mais facilitada. Também a quantidade de problemas pontuais que surgem – concordâncias, pontuação, regências –, e que necessitam de intervenção, permitem aperfeiçoar o trabalho diário.

Os problemas com os quais me deparei ao longo do estágio foram vários. Porém, e por este trabalho não pretender ser um estudo exaustivo de todas as dificuldades que tive bem como do processo e dos instrumentos de normalização linguística utilizados com vista à sua resolução, irei analisar apenas alguns casos que, para mim, foram pertinentes por várias razões: por me causarem mais dúvidas no decorrer do trabalho, por não concordar com algumas das decisões tomadas pela minha orientadora e pelo facto de querer aprender mais.

Em conclusão, este ponto do trabalho servirá, pois, para analisar alguns dos temas que me suscitaram mais dúvidas no decorrer do estágio e apresentar as minhas propostas de revisão.

6.1. Uso de empréstimos

E como todo o ser humano muda durante a vida – embora nem sempre sinta essa mudança –, também a língua que nos acompanha muda e se adapta às nossas novas necessidades, mantendo, no entanto, a sua identidade.

(Mateus & Cerdeira, 2007: 43)

Embora a palavra *empréstimo* seja difícil de definir, gostaria de lhe atribuir uma definição com base nos instrumentos de normalização linguística consultados. Assim, poder-se-ia descrever *empréstimo* como a palavra que é adotada pelo léxico de determinado país, podendo sofrer alterações de natureza morfológica, semântica ou fonética. É claro que este conceito é um pouco genérico e simplista, mas isso poderá ser explicado pelo facto de o presente trabalho não ter o propósito de estudar pormenorizadamente este tema.

Os *empréstimos* entraram na língua portuguesa através de inúmeros idiomas – francês (galicismos), inglês (anglicismos), castelhano (castelhanismos), entre outros. Porém, todos eles apresentam um objetivo comum, o de transmitir uma ideia, um conceito novo, um objeto a estreitar, um acontecimento a não perder.

É importante salientar também que *empréstimo* se distingue de *estrangeirismo* por este último não sofrer qualquer alteração na língua que o acolhe. A utilização do *estrangeirismo* faz-se normalmente como qualquer palavra portuguesa, acrescentando-se aspas ou itálico como forma de identificação.

Ressalve-se, no entanto, que um *empréstimo* já foi antes um *estrangeirismo*. Mas de *estrangeirismos* irei ocupar-me no capítulo a seguir.

De forma a poder apontar algumas das razões que levaram a língua portuguesa a adotar tantos *empréstimos*, sobretudo *galicismos*, devemos recuar um pouco na história, porque este «fenómeno linguístico (...) anda (ou deve andar) lado a lado com a história da formação da língua». «Os empréstimos linguísticos marginam toda a história da nossa língua: silenciando o latim cujo traço é congénito, a provençalização no período trovadoresco, a relatinização na Renascença, a castelhanização no século XVII, o afrancesamento nos séculos XVIII e XIX, a anglicização no século XX e a americanização no período após guerra.» (Vilela, s/d: 53)

Se bem que a língua, como tivemos oportunidade de referir, seja um produto histórico há, no entanto, quem se insurja contra o uso de *empréstimos* e defenda o português dito vernáculo, opondo-se, portanto, a este tipo de fenómeno. Existe uma corrente mais purista, se é que se pode denominar assim, que defende a utilização de um sinónimo em substituição de uma palavra “importada”. Porém, Lapa (1984: 46-47) defende a utilização de um *empréstimo* quando o seu sinónimo em português não ilustra da melhor maneira o que se pretende dizer. Este autor é, pois, da opinião de que «não há nem pode haver palavras com valor absolutamente igual». Ou seja, o autor atribui um valor à palavra para lá do normativo, um atributo sentimental ao uso de um *empréstimo* em vez do seu sinónimo em português vernáculo.

Já Oliveira (1996: 53) fala em razões económicas para a utilização de um *empréstimo* em prol de uma palavra portuguesa vernácula, isto é, «a necessidade de designar coisas novas, pessoas, lugares e conceitos, utilizando termos concisos já existentes noutra língua, é muitas vezes mais económico e adequado do que descrever as coisas de novo, especialmente se tratar de objectos desconhecidos ou exóticos, de fenómenos naturais mais recentes descobertos, de uma técnica há pouco inventada, de um peso, de uma medida, uma moeda estrangeira, etc.».

Machado (1994: 6) aponta ainda outra razão para o uso de *empréstimos*, neste caso contra, pelos falantes de português que nada tem que ver com a necessidade, mas sim com a «exibição de cultura deslocada e falsa». Oliveira (1996: 55) refere-se mesmo a “empréstimos de luxo” para designar as palavras a que os falantes recorrem para referir determinada realidade apenas com o intuito de sobressair dos demais.

Bechara (2009: 599), por seu lado, refere algumas razões que sustentam o que chama de "patriotismo linguístico": «(...) o repúdio ao francesismo ou galicismo nasceu da repulsa, aliás, justa, dos portugueses aos excessos dos soldados de Junot quando Napoleão ordenou a invasão de Portugal.» (...) «O que se deve combater é o excesso de importação de línguas estrangeiras, mormente aquela desnecessária por se encontrarem no vernáculo palavras e giros equivalentes. A introdução de uma palavra estrangeira para substituir uma vernácula em geral se explica pela debilidade funcional da palavra ameaçada de substituição.»

O mesmo tema é também abordado por Villalva (2008: 64), que salienta que «a introdução de palavras de uma língua de origem numa língua-alvo é um processo antigo e frequentemente atestado. A recepção destas palavras estrangeiras é que nem sempre é idêntica. Não é raro encontrar gramáticos e falantes que criticam ou rejeitam o uso de palavras não-vernáculas, tendo até termos como estrangeirismo, decalque ou galicismo uma certa conotação pejorativa.»

Partindo da opinião de Lapa, creio que os *empréstimos* se revelam necessários por possibilitarem ao falante referir uma realidade social, económica, política ou tecnológica que é novidade. Caso contrário, como poderíamos comunicar determinados temas que não se encontram na esfera da nossa realidade? No mundo globalizado em que vivemos, e no qual o contacto com outras línguas está na ordem do dia, os mais puristas propõem-se talvez a uma tarefa inglória ao quererem travar um fenómeno que possivelmente não irá ser menos recorrente no futuro, tal como não o foi no passado e nem sequer o é no presente.

Quer os *empréstimos* sejam utilizados por necessidade, por razões de natureza estilística, por vaidade, ou mesmo por moda, certo é que a importação de palavras sempre existiu na língua portuguesa e em todas as outras. O problema reside, pois, na forma de os saber adequar. Lapa (1994: 47) apela ao bom senso e à inteligência no que se refere ao uso de *empréstimos*.

No *Expresso*, não existe um manual de normas, mas o grupo de revisores de texto desta publicação esforça-se por usar algumas palavras vernáculas em detrimento de *empréstimos*, sobretudo quando estes têm na língua portuguesa uma palavra com o mesmo significado. Há alguns autores, no entanto, que são muito suscetíveis a

alterações nos textos. Nesses casos, além de gralhas e problemas de concordância, pouco mais há a alterar.

Porém, em situações de repetições de palavras nos textos, podia-se usar o *empréstimo* em detrimento da palavra em português vernáculo. O objetivo era que estes ficassem mais claros para o leitor.

Pode-se ainda apontar outro fator que explica o que se acabou de ilustrar e que tem sido referido no decorrer do presente trabalho: a globalização. O presente avança demasiado depressa em direção ao futuro, e por isso a entrada de *empréstimos* no português ocorre com maior frequência. Como já tivemos a oportunidade de verificar, as palavras novas criadas de raiz são cada vez mais raras, uma vez que é mais económico valer-se de um *estrangueirismo* e modificá-lo.

De destacar também que «[a] grande maioria dos sujeitos nativos [desconhece] a origem dos vocábulos, ou seja, um indivíduo ao actualizar a sua língua materna não sabe se a palavra que está a usar é de origem estrangeira ou não». (Teixeira, 2007: 30)

No caso do *Expresso*, a tarefa de tratamento dos *empréstimos* torna-se um pouco confusa por existir dualidade de critérios de uniformização.

Observemos agora alguns exemplos de *empréstimos* retirados dos textos trabalhados. Para melhor identificação da palavra a intervencionar, esta foi colocada em itálico.

Exemplos:

- (1) «Em termos consolidados, os balcões Casa Pronta foram responsáveis, desde a sua *implementação* (julho de 2007), por cerca de 334,6 mil procedimentos, dos quais 18% foram registados no ano passado.»²

Expresso, edição de 20 de abril de 2013

- (2) «(...) entre infraestruturas de base, acessos e construções de casas, foi absorvida uma *tranche* de 25 milhões (...).»³

Expresso, edição de 20 de abril de 2013

- (3) «Há um *detalhe* que me deixa confuso.»⁴

² Ver anexo, pág. 60.

³ Ver anexo, pág. 59.

- (4) «Convenceram-nos as informações: cozinha de mercado, jovem e auspicioso no comando, utilização de produtos locais, *menu* entre 40 e 60 euros.»⁵

Revista, edição de 4 de maio de 2013

Dos vários casos apontados acima, há uma predominância de *galicismos*. Cedo fui alertada para que procedesse à substituição de *empréstimos* como *menu*, *tranche*, *implementação* e *detalhe* para, respetivamente, *ementa*, *fatia*, *aplicação* (ou *implantação*) e *pormenor*, o que fiz para todos eles, excetuando-se os casos de repetição da mesma palavra no texto ou em outros textos na mesma página. Nestes casos, como já mencionado, era possível usar um *empréstimo*.

No que se refere à palavra *menu*, e de acordo com Silva Bastos (1933: 113), «os proprietários de casas-de-pasto, hospedarias, etc., são obrigados a substituir *menu* por *ementa*». Machado (1994) partilha da mesma opinião e opta por *ementa* para designar a lista de um restaurante. Porém, Figueiredo (1956: 41) defende que *lista de pratos*, *jantar* ou *banquete* seria também aceitável, mas não se opõe ao uso de *ementa*.

O *Expresso* usa o termo *ementa*. Quanto à palavra *tranche*, Machado (1994: 236) defende a sua substituição por *trancha*, *prestação* ou *parte*. Já Silva Bastos (1933: 171) sustenta que se deve substituir *tranche* por *fatia* ou *talhada*. Pelo que pude apurar sobre a palavra *tranche* nos dois instrumentos de normalização consultados, os dois autores divergem quanto ao uso de sinónimos em português vernáculo. O *Expresso* utiliza, no entanto, a proposta do segundo, *fatia*.

No que se refere à palavra *detalhe*, Machado (1994: 83) defende que se deverá substituir este galicismo por *pormenor* ou *minúcia*. Silva Bastos concorda com este autor. O *Expresso* optou por *pormenor*.

Já no que respeita à palavra *implementação*, esta não tem qualquer entrada nos instrumentos até aqui consultados. No *Dicionário Universal de Língua Portuguesa* (2001: 851), porém, a palavra surge com a indicação de derivar do verbo inglês *to*

⁴ O exemplo (3) encontra-se no anexo em formato Word. Dei início à revisão do texto de onde foi retirado este exemplo, porém a notícia sofreu algumas alterações e, posteriormente, a revisão não foi efetuada por mim. Por essa razão, não se apresenta no anexo com a mesma edição dos outros termos em análise. De qualquer forma, acho relevante incluir este exemplo no trabalho, uma vez que representa um dos termos frequentes e passíveis de alteração. Neste exemplo, no anexo, encontram-se os comandos usados pelo departamento de paginação. Ver anexo, pág. 73.

⁵ Ver anexo, pág. 69.

implement e de ser um neologismo. Surgem como sinónimos *efetivar*, *realizar*, *executar*, *levar a cabo*.

O dicionário Houaiss (2011: 1305) refere-se à mesma palavra como «ato ou efeito de implementar» e não dá qualquer indicação sobre a sua origem, o que sugere que a mesma já tenha sido adotada. Porém, o jornal prefere *aplicação* ou *implantação*.

Os meios de comunicação são o veículo, por excelência, responsável por disseminar o “bom uso” do português, isto é, «[serem] vistos como o principal veículo de difusão da língua-padrão» (Freitas, Ramilo, Arim, 2003). No entanto, as influências de jornalistas e autores de artigos de opinião, o efeito da globalização que gera novas palavras a cada dia, as estratégias que se encontram para justificar o uso de critérios não normativos parecem tornar mais difícil esta tarefa.

De acordo com o exposto, resumem-se neste quadro quatro exemplos de *empréstimos* usados correntemente no *Expresso* e passíveis de substituição, na maior parte das vezes, por palavras em português vernáculo. Com o objetivo de comparar as ocorrências entre os *empréstimos* verificados no jornal e os seus sinónimos em português vernáculo, recorri ao CETEMPúblico.

QUADRO 2 – Exemplos de quatro *empréstimos* com uso frequente no *Expresso* e correspondentes sinónimos em português vernáculo. Número de ocorrências para ambas as variáveis apurado no CETEMPúblico

Empréstimos	Ocorrências no CETEMPúblico	Português vernáculo	Ocorrências no CETEMPúblico em português vernáculo
<i>Tranche</i>	839	Fatia	2515
<i>Implementação</i>	1146	Aplicação/Implantação	13 586/3725
<i>Detalhe</i>	855	Pormenor	4980
<i>Menu</i>	484	Ementa	772

Fonte: CETEMPúblico (<http://www.linguateca.pt/cetempublico/>) a 11 de agosto de 2013

A importação de palavras é, pois, um fenómeno incontornável. As novas palavras traduzem realidades recentes e familiarizam o falante com novos termos e conceitos.

A escolarização, as viagens, a emigração, a imigração, só para citar alguns fatores, permitem ao falante de uma determinada língua aumentar o seu vocabulário através dos contactos entre culturas.

Dado o exposto, concordo com Lapa sobre o uso de *galicismos* ou de quaisquer outros *empréstimos*: deverá haver sobretudo bom senso no uso de tais termos.

6.1.1. Uso de locuções não vernáculas

No *Expresso*, são raras as substituições no que respeita a locuções não vernáculas. No entanto, há pelo menos uma que se deve alterar quase sempre. Há outras, no entanto, que não o são. Neste ponto tratarei de duas, uma passível de substituição a maior parte das vezes, a outra não.

A mais comum, a locução *face a*, deveria ser sempre substituída (excetuando-se os casos já referidos) por *perante* visto ter tido origem num *galicismo*. Porém, esta locução não foi alvo de tratamento quer por Silva Bastos, quer por Machado ou Figueiredo. O *Dicionário Universal de Língua Portuguesa* (2001), por exemplo, não faz qualquer referência à sua origem. Consultada a palavra *perante* no mesmo instrumento, não se encontra qualquer menção a *face a* como sinónimo.

O mesmo caso ocorreu com outro instrumento consultado, o dicionário Houaiss (2011). Já Barbosa (s/d: 114) refere-se a *en face de* (defronte), *a la face de* (na presença de), embora não faça referência a *face a*.

Tendo em conta que os vários instrumentos consultados não apresentam qualquer informação sobre a locução em análise, julgo não ter elementos necessários para apurar o que me foi pedido. Contudo, após consulta ao CETEMPúblico, constatei haver uma preferência pela palavra *perante* (26 535) do que pela locução *face a* (4695), conforme se poderá verificar no quadro 3 (página 26).

No entanto, e pelo que pude averiguar, não existe uma regra que obrigue a substituição de *face a* por *perante*. Por isso, creio que as duas formas podem coexistir, sendo doseadas nos casos em que ocorra repetição.

Para terminar a análise desta locução, apresento alguns exemplos retirados de textos trabalhados no *Expresso*. Em alguns, houve a substituição de *face a* por *perante*, mas em outros não, como iremos verificar no anexo⁶. As razões, já apontadas, devem-se à necessidade de respeitar a escrita do autor do texto e à eliminação das repetições (neste caso, em português vernáculo).

Exemplos:

- (5) «(...) registando um decréscimo *face ao* ano transato».⁷

Expresso, edição de 27 de abril de 2013

- (6) «A escassez de crédito limita a procura e a oferta tende a baixar os preços *face à* escassez de transações (...)».⁸

Expresso, edição de 4 de maio de 2013

No exemplo (7), suscitou-me dúvidas a locução *de forma a que*, que verifiquei ser um *galicismo* através da consulta ao portal Ciberdúvidas: «Para alguns puristas, a expressão “de forma a que” é considerada galicismo.» No entanto, esta locução, com origem na expressão *de facon que* (Oliveira, 1993: 21), não parece ter qualquer tratamento como se pode observar com a locução *face a*.

- (7) «(...) para que uma área monetária não-ótima possa ser gerida *de forma a que* os mais pobres fiquem mais pobres e os mais ricos ainda mais ricos».⁹

Expresso, edição de 4 de maio de 2013

Após consulta a alguns instrumentos, verifiquei que Barbosa (s/d: 115) se refere a *de facon que* como *de maneira que*. Este autor (*Idem*: 170) destaca ainda o correspondente sinónimo em português *de modo que* para a expressão francesa *de manière à*.

Já Barata (1989: 127) refere-se à expressão *de forma a que*, sem divulgar no entanto a sua origem, salientando que se poderá dizer também *por forma a*.

Porém, Sá Nogueira (1989: 128-9) remete *de forma a que* para *de modo que veja* ou *que se veja*. O autor salienta que expressões como este *galicismo* são «adaptações desnecessárias do francês».

⁶ O exemplo (5) não foi modificado. Ver anexo, pág. 64.

⁷ Ver nota de rodapé n.º6.

⁸ Ver anexo, pág. 66.

⁹ Ver anexo, pág. 68.

Pelo que pude analisar através da consulta ao portal CETEMPúblico, esta locução apresenta um número de ocorrências inferior aos seus sinónimos em português vernáculo, como se poderá verificar no quadro 3.

Este quadro tem por objetivo comparar no CETEMPúblico o número de ocorrências das locuções que respeitam a *empréstimos – face a, de forma a que* – e os correspondentes sinónimos em português vernáculo.

QUADRO 3 – Comparação do número de ocorrências no CETEMPúblico de duas locuções apuradas no *Expresso* e seus correspondentes sinónimos em português vernáculo

Locuções	Ocorrências no CETEMPúblico	Português vernáculo	Ocorrências no CETEMPúblico em português vernáculo
<i>Face a</i>	4695	Perante	26 535
<i>De forma a que</i>	1548	De maneira que	118
		Por forma a	2491

Fonte: (<http://www.linguateca.pt/cetempublico/>) em 11 de setembro de 2013

6.1.2. Outros casos

No decorrer do estágio, a minha orientadora alertou-me para uma expressão muito habitual, usada por jornalistas e outros autores nos seus artigos: a expressão *um outro*. Referiu que deveria eliminar o artigo indefinido *um*, pois “não fazia falta” na oração, justificando que a expressão *um outro* teria tido origem no *galicismo un autre*. Acrescentou também que *outro* já significava *uma outra coisa* e que, portanto, não fazia qualquer sentido adicionar o artigo *um* para designar o mesmo.

Após consulta a alguns instrumentos de normalização, descobri duas referências a este tema. Uma delas na internet, uma pequena explicação na página do Flip – Ferramentas para a Língua Portuguesa. A justificação baseava-se em questões de redundância, explicando que as duas palavras que constituem a expressão *um outro* possuem o mesmo valor indefinido e que a segunda faz sentido sem a adição da primeira. Porém, nunca se poderia retirar a segunda, pois, nesse caso, não faria sentido. E, para melhor perceção, sugeriam os seguintes exemplos:

- a) «É preciso ver a questão sob *um outro* prisma.»
- b) «É preciso ver a questão sob *outro* prisma.»

A outra referência a este tema é feita por Sá Nogueira (1989: 365-66). Embora este autor não se pronuncie quanto à origem desta expressão, salienta que o artigo indefinido na expressão *um outro* deve ser retirado com base na seguinte argumentação: «Na expressão “Tenho *um outro* livro”, pois, há dois elementos *indefinidos*: “um” e “outro”, o que constitui uma espécie de *pleonismo*.»

O autor (*Idem*: 362-63) destaca ainda a expressão *um certo*, apresentando a mesma justificação. Esta expressão remete para *um algum*, isto é, dizer «*um certo indivíduo*» é o mesmo que dizer «*um algum indivíduo*».

Recorri ao portal CETEMPúblico com o objetivo de apurar as ocorrências dos dois casos, com e sem *um*, que passo a apresentar:

Casos	Ocorrências
<i>Um outro</i>	10 465
<i>Outro</i>	107 351

Fonte: (<http://www.linguateca.pt/cetempublico/>) em 11 de setembro de 2013

Com efeito, tendo em conta o que foi apurado, sugiro que seja eliminado *um* da expressão *um outro*.

Como conclusão, apresento um dos casos que deram origem a este ponto.

Exemplo:

- (8) «Procurávamos surpresas e — diga-se de passagem — algo que não ultrapassasse o limite económico da decência. Tirando os nomes conhecidos, saltou-nos à vista *um outro*.»¹⁰

Revista, edição de 4 de maio de 2013

6.2. Uso de estrangeirismos

As modas, as invenções, as guerras, os acontecimentos políticos, sociais (p. ex. festas e romarias, casamentos entre pessoas de regiões diferentes), económicos (p. ex. mercados internos, permutas comerciais), literários e religiosos, vêm renovar constantemente o vocabulário.

¹⁰ Ver anexo, pág. 69.

Partindo das palavras de Boléo, são vários os fatores que contribuem de forma significativa para a adoção frequente de novos vocábulos no léxico de uma língua. Comunicar novas realidades, acontecimentos ou produtos obriga a uma exposição constante dos falantes de uma língua a novos termos, acabando estes, por vezes, a utilizar a palavra como se do seu léxico se tratasse. Esses termos podem ser denominados por *estrangeirismos*, que não são mais do que palavras oriundas de uma língua exportadora à qual uma língua recorre para definir determinado acontecimento.

Na língua portuguesa, a maior parte dos *estrangeirismos* é de origem inglesa, em parte pelo prestígio que a língua alcançou, e, por outro lado, por ser considerada língua franca de comunicação entre culturas. A este respeito, Gomes (1997: 23) refere que: «Na Europa, as línguas de prestígio também contribuíram para uma transformação do léxico e dia a dia vamos integrando palavras escondidas na tecnologia importadas do inglês e em muitos campos da nossa vivência diária.» A mesma autora (*Idem*: 23) acrescenta ainda que o acolhimento dos *estrangeirismos* passa também por ser um fenómeno de gerações, isto é, social, pois «de geração em geração as palavras mudam de forma».

Muito embora a introdução de *estrangeirismos* seja frequente por algumas das razões já citadas, certo é que muitos deles tendem a desaparecer, permanecendo apenas alguns, como refere Lapa (1984: 46) a propósito dos francesismos, e que ilustra o que se acabou de referir: «E, de facto, sempre que surge uma vaga de francesismo, há um período de imitação desordenada, efervescente. Logo depois se estabelece o equilíbrio, e na língua só ficam, por via da regra, os vocábulos que oferecem qualquer novidade.»

A frequência com que esses vocábulos são ouvidos poderá determinar, numa fase posterior, a sua adoção pelo léxico do português. Para isso, no entanto, terão de ser modificados, exercício para o qual contribuem «a melhor nacionalização dos termos estrangeiros e a arte de traduzir». (Boléo, 1965: 26)

Boléo identifica vários tipos de *estrangeirismos*, a saber: a) os que existiram num determinado período, mas que desapareceram, o que vai na linha do que descreve Lapa; b) os que foram incorporados na língua; c) os que foram adotados na forma ou na pronúncia; d) aqueles cuja definição é ajustada ao léxico que os acolhe; ou seja, neste caso, o *estrangeirismo* pode sofrer uma «mudança parcial de sentido» (*Idem*: 27). Este

último fenómeno descrito por Boléo pode ser exemplificado através da palavra inglesa *lunch* (almoço), que significa *lanche* em português, e que deu origem «[a]o verbo *lanchar* e [a]o substantivo *lancheira*». (*Idem*: 28). Finalmente, Boléo refere ainda uma alínea e), que corresponde aos *estrangeirismos* que dificilmente se reconhecem por terem sido «adulterados na boca do povo». O autor destaca como exemplo a palavra *vacances* que muitos emigrantes chamam de *vacanças*.

Após esta breve introdução, passarei agora a apresentar alguns exemplos dos vocábulos com forte expressão no jornal. Os termos em análise encontram-se grafados a itálico.

Exemplos:

- (9) «(...) quando foi contratada pela NASA para desenvolver *software* (...)».¹¹

Expresso, edição de 20 de abril de 2013

- (10) «(...) regressar a Portugal e abraçar com determinação e novas ideias o *marketing* da Delta Cafés».¹²

Expresso, edição de 27 de abril de 2013

- (11) «*Manager* da Hire & Trust – Executive Search.»¹³

Expresso, edição de 04 de maio de 2013

- (12) «(...) o motivo do ‘desemprego’ deve-se a uma razão económica e não de *performance* (...)».¹⁴

Expresso, edição de 04 de maio de 2013

- (13) «Servirá para fazer uma reestruturação profunda na funcionalidade e *design* da aplicação, criar a empresa em São Francisco, ganhar tração e aceder a um investimento maior que está pendente nos EUA. "A partir daí atacaremos o mundo!", garante Marco.»¹⁵

Expresso, edição de 11 de maio de 2013

Em primeiro lugar, recorri a alguns instrumentos para verificar a opinião dos especialistas sobre estes termos. No que se refere a *performance*, Machado (1997: 186) atribui-lhe como significado «resultado em números (em tempo ou distância) conseguido por um atleta; execução, realização, proeza». Já Costa (1990: 126) defende que se deve trocar a palavra *performance* por *actuação*, *desempenho* ou *representação*,

¹¹ Ver anexo, pág. 61.

¹² Ver anexo, pág. 63.

¹³ Ver anexo, pág. 74.

¹⁴ Ver anexo, pág. 74.

¹⁵ Ver anexo, pág. 75.

referindo que quem utiliza este *estrangeirismo* apenas «pretende alardear conhecimento de línguas estrangeiras». O *Expresso* vai na linha da opção indicada por Costa e utiliza *desempenho*. Já no que toca ao termo *software*, não encontrei qualquer entrada em Machado. Porém, este apresenta a sua definição para *hardware*¹⁶ (1997: 186): «Quinquilharia; conjunto das unidades físicas de um ordenador ou de um sistema informático, excluindo os programas nele utilizados.» Por sua vez, Costa (1990: 148) está convicto de que «enquanto não se criar um vocábulo adequado para supressão deste americanismo [*software*], torna-se conveniente escrevê-lo entre aspas ou vírgulas dobradas» e sustenta a mesma ideia para *hardware*. (*Idem*: 91)

No que respeita ao termo *design*, Machado (1997: 82) define-o como *projeto, desenho*. Costa não faz referência a esta palavra.

Já no que se refere a *marketing*, Machado (1997) define o termo como «comercialização; conjunto de acções coordenadas que concorrem para o desenvolvimento das vendas de um produto ou um serviço». Costa (1990: 112), por seu lado, é da opinião que *marketing* deveria ser «substituído pela expressão *compra e venda*».

No *Expresso*, os *estrangeirismos* supracitados (com exceção feita a *performance*) são grafados a redondo como se pertencentes ao léxico português. A razão deve-se simplesmente ao facto de serem tão frequentes e tão familiares ao leitor que não se vê como necessária a sua alteração. De acordo com um dos colegas revisores, terá também a ver com economia de tempo e de grafismo, isto porque um texto que apresente muitos *estrangeirismos* demora mais tempo a rever e não contribui para o valor estético da página. Ou seja, razões económicas, de estética e de familiarização levam a que alguns *estrangeirismos* não sejam tratados como tal.

Como foi referido, há, porém, uma exceção. A palavra *performance* é o único *estrangeirismo* dos já referidos que é objeto de tratamento, seja recorrendo a itálico, seja substituindo-o por uma palavra vernácula – *desempenho*. Nos casos em que ocorra repetição, poder-se-á manter *performance*. Após consulta ao CETEMPúblico, pude

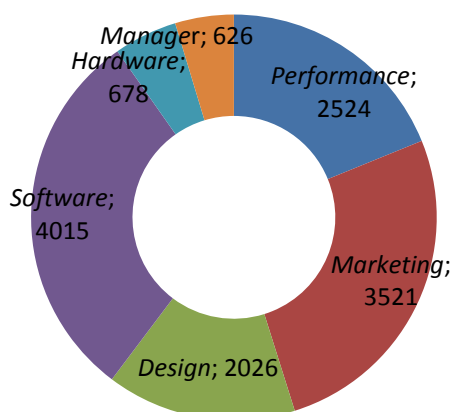
¹⁶ Embora não tenha encontrado nos textos que revi a palavra *hardware*, a minha orientadora confirmou-me que é um *estrangeirismo* muito frequente no *Expresso* e que é grafado em redondo. Por essa razão, refiro-o aqui e incluo-o no gráfico 1 (página 31).

apurar que é a palavra vernácula (*desempenho*) a mais utilizada, com 4421 ocorrências, face a *performance* com 2524.

Tal como no capítulo anterior, verifica-se que também neste caso não existe uma uniformização de critérios no que respeita ao tratamento de *estrangeirismos*.

No gráfico 1, apresentam-se os *estrangeirismos* com forte expressão no *Expresso* que não são passíveis de tratamento, exceto *performance*, e o número de ocorrências no CETEMPúblico.

GRÁFICO 1 – Gráfico representativo de alguns dos *estrangeirismos* com mais expressão no *Expresso* que não são passíveis de tratamento, exceto *performance*.



Fonte: (<http://www.linguateca.pt/cetempublico/>) em 11 de setembro de 2013

Ainda neste ponto gostaria de destacar outros exemplos de *estrangeirismos* que pude apurar através das notícias que revi, e que agora apresento:

- (14) «(...) as Tree Houses construídas em palafitas junto a uma área de pinhal intacta (de Rui Pinto Gonçalves), e as Green Villas, junto à entrada do resort (...)».¹⁷

Expresso, edição de 20 de abril de 2013

¹⁷ Ver anexo, pág. 59.

(15) «No passado, ainda que com bastantes insuficiências, podíamos encontrar *online* documentos que enquadravam decisões (...)»¹⁸

Expresso, edição de 04 de maio de 2013

(16) «(...) especialista em análise de mercado, *research* e avaliações».¹⁹

Expresso, edição de 04 de maio de 2013

(17) «(...) hambúrgueres suculentos, *cocktails* com nomes no mínimo originais (...)».²⁰

Revista, edição de 04 de maio de 2013

(18) «De facto, os bancos impuseram os *spreads* mais elevados e reduziram o rácio financeiro/garantia (...)».²¹

Expresso, edição de 04 de maio de 2013

(19) «Acabámos por ficar na carripa, estacionados num lugar ilegítimo de um parque para autocaravanas em *overbooking* (...)».²²

Revista, edição de 04 de maio de 2013

(20) «Este apagão no *site* do Governo (...)»²³

Expresso, edição de 04 de maio de 2013

(21) «(...) o *cluster* do vidro sempre foi forte em Portugal (...)».²⁴

Expresso, edição de 04 de maio de 2013

(22) «O clube azul e branco repetiu este ano o feito no *ranking* europeu (...)».²⁵

Expresso, edição de 15 de junho de 2013

(23) «(...) já está a ter reflexo nos preços das rendas para esta zona *prime* da capital (...)».²⁶

Expresso, edição de 22 de junho de 2013

Recorri ao CETEMPúblico para verificar se estes *estrangeirismos* teriam forte expressão e pude constatar que, excetuando *ranking*, estes termos não são muito usados. No gráfico 2, resumo o que apurei.

GRÁFICO 2 – Gráfico com exemplos de outros *estrangeirismos* encontrados no *Expresso* no decorrer do estágio e sua ocorrência no CETEMPúblico

¹⁸ Ver anexo, pág. 67.

¹⁹ Ver anexo, pág. 66.

²⁰ Ver anexo, pág. 70.

²¹ Ver anexo, pág. 66.

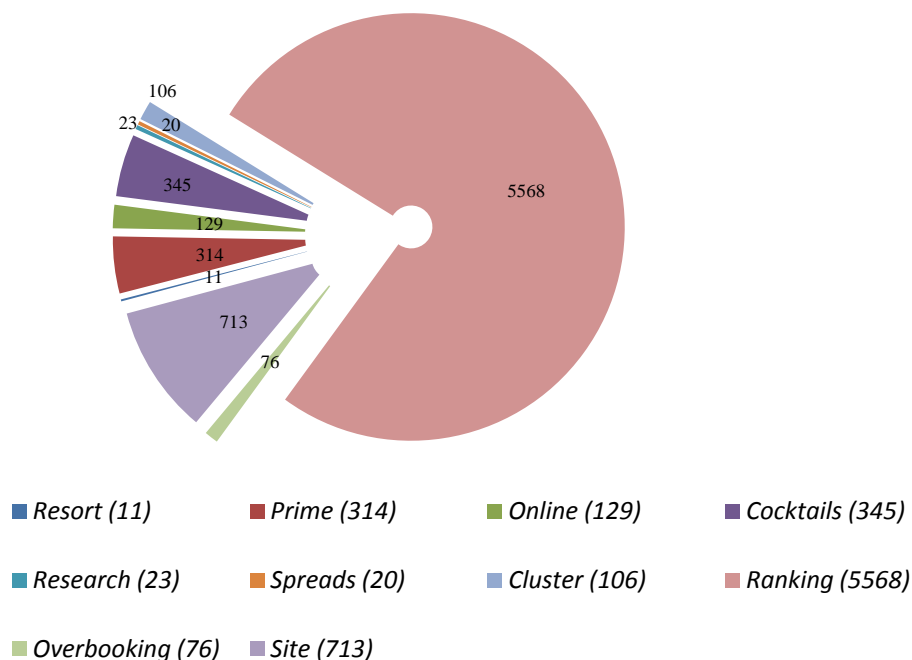
²² Ver anexo, pág. 69.

²³ Ver anexo, pág. 67.

²⁴ Ver anexo, pág. 65.

²⁵ Ver anexo, pág. 77.

²⁶ Ver anexo, pág. 81



Fonte: (<http://www.linguateca.pt/cetempublico/>) em 11 de setembro de 2013

A acrescentar aos exemplos recolhidos, gostaria agora de salientar que o *Expresso* usa ainda algumas expressões que são, também elas, *estrangeirismos*, como demonstrado nos exemplos que se seguem:

- (24) «É preciso dizê-lo: o Governo está a atirar o país para um segundo resgate e para um *hair cut* da dívida que o colocará à mercê dos seus credores.»²⁷

Expresso, edição de 04 de maio de 2013

- (25) «(...) hora de parque de campismo fechado, proibido estacionar *camping cars* (...).»²⁸

Revista, edição de 04 de maio de 2013

No entanto, ao recorrer ao portal CETEMPúblico, não apurei qualquer ocorrência destes dois casos.

²⁷ Ver anexo, pág. 68.

²⁸ Ver anexo, pág. 69.

Todos estes exemplos de *estrangeirismos* agora mencionados devem ser sempre grafados em itálico, o que não acontece com os referidos no início – *manager, software, hardware, marketing, design* –, excetuando-se *performance*.

A maior parte dos *estrangeirismos* é tratada com recurso a itálico. Alguns, porém, por serem mais familiares ao leitor, e por razões de economia de tempo e de grafismo, não são passíveis de tratamento.

Em resumo, não existe uma regra para o tratamento de *estrangeirismos* no *Expresso*.

6.3. Pontuação

De acordo com Cunha & Cintra (2005: 639), «[a] língua escrita não dispõe dos inumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada. Para suprir essa carência, ou melhor, para reconstruir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral, serve-se da PONTUAÇÃO.»

Por seu lado, Rebelo (1957: 7) destaca o objetivo da pontuação, referindo que esta «serve, acima de tudo, a clareza da frase, e, conseqüentemente a melhor compreensão do sentido».

Boléo (jornal *Novidades*, 28 de novembro de 1954) destaca que a função da pontuação é, «principalmente, a de facilitar, pela sua articulação dos membros da frase, a visão rápida e de conjunto de um grupo de palavras (visão necessária à leitura em voz alta) e, dessa forma, tornar prontamente inteligível ao leitor ou ao ouvinte, um período inteiro».

De acordo com Sá Nogueira (1974: 66), a pontuação tem por finalidade expor graficamente o que dizemos, ou seja, «[q]uando falamos, o nosso objectivo é fazer com que quem nos ouve nos entenda. O mesmo acontece quando escrevemos.»

Conforme as opiniões partilhadas pelos vários autores poder-se-á dizer, de uma forma muito simples, que a pontuação é uma ferramenta essencial para a compreensão de uma oração ou de um período, ou mesmo de um texto, e que, sem ela, seria impossível realizar o exercício da leitura e da escrita de forma correta.

No entanto, se recuarmos um pouco na história, verificamos que a pontuação nunca foi um dos aspetos a privilegiar na expressão escrita. De acordo com Olívia (1959: 78), «na

segunda metade do século XVI, a pontuação continuava, entre nós, a ser coisa arbitrária, pelo menos em muitos casos». A mesma autora salienta ainda que mesmo com o surgimento da imprensa escrita, no século XV, a pontuação continuou a ser, durante algum tempo, um elemento acessório da gramática. No entanto, acabariam por ser os tipógrafos os que se socorreriam da pontuação como forma de tornar um texto mais legível, pelo facto de os jornais e livros terem aumentado o seu público leitor.

Por seu lado, Rosa (1994: 32) é de opinião que a dificuldade de pontuar estava intrinsecamente ligada a questões da delimitação da própria oração, afirmando que «a *sentença ortográfica* não foi uma unidade bem estabelecida até bem depois da implantação da imprensa».

Em resumo, «os sinais de pontuação estabelecem relações estreitas com a representação das especificidades sintácticas e semânticas dos enunciados, na escrita. As regras para o uso da pontuação recorrem frequentemente a conceitos sintácticos e semânticos; a presença ou a ausência de determinados sinais de pontuação em posições sintácticas específicas pode condicionar a gramaticalidade dos enunciados ou alterar o seu significado.» (Duarte, 2000: 402-3)

6.3.1. Uso da vírgula em diferentes contextos

Depois desta breve exposição da função e da importância da pontuação, gostaria de apresentar e analisar alguns dos casos que suscitaram dúvidas quanto ao uso da vírgula, nomeadamente em orações finais e relativas. É, pois, sobre o uso da vírgula nestes dois contextos que me irei ocupar neste ponto, apresentando as conclusões a que cheguei e respetivas propostas de correção.

6.3.1.1.O uso da vírgula em orações finais

Conforme já referido, neste ponto apresentam-se algumas das passagens, e respetiva análise, que respeitam ao uso da vírgula em orações finais. Pareceu-me relevante a análise destas construções uma vez que me foi indicado que a oração subordinada final, quer na sua posição natural (direita da oração subordinante) quer na posição inversa, ou

anteposta, não deveria ser virgulada, o que, principalmente no que respeita às orações antepostas, parece contrariar as indicações dos instrumentos consultados.

Após consulta a alguns instrumentos de normalização, pude apurar que «as orações [subordinadas finais] colocadas antes da principal (...) separam-se por vírgula». Rebelo (1957: 36)

Pinto (2006: 256) partilha da mesma opinião de Rebelo, sustentando que «[a]s orações subordinadas que vêm **antes das subordinantes** geralmente separam-se por vírgula, para o texto ficar mais claro».

Este autor (*Idem*: 256) acrescenta que «caso idêntico se passa quando os complementos ou uma simples palavra ou expressão iniciam a frase **antes do sujeito**», o que vai na linha de Duarte (2000: 405), que refere que «[o]s constituintes antepostos, oracionais ou não, devem ser seguidos de vírgula, especialmente quando formados por mais de uma palavra».

Partindo destes pressupostos, procede-se, de seguida, à análise das passagens com orações finais antepostas. Terminando apresentando a respetiva proposta de correção.

Exemplos:

- (26) «*Para contornar as dificuldades* a marca “criou uma estrutura própria de logística e faz a distribuição do artigo”, explica.»²⁹

Expresso, edição de 15 de junho de 2013

- (27) «*Para realizar esta transformação* investimos 150 mil (...)».³⁰

Expresso, edição de 22 de junho de 2013

No que respeita ao exemplo (26), o jornalista não usou a vírgula a seguir ao complemento introduzido pela preposição *para* – *Para contornar as dificuldades* por não ser fundamental. No entanto, e tendo em conta o que já foi referido, a mesma oração deveria ter sido virgulada.³¹

Caso semelhante no exemplo (27), em que não foi usada a vírgula que antecede o verbo *investir* na sua forma presente – *investimos* –, com a mesma justificação.

²⁹ Ver anexo, pág. 78.

³⁰ Ver anexo, pág. 82.

³¹ No anexo, pág. 78, o exemplo (26) foi posteriormente virgulado.

Com efeito, e partindo da posição dos autores citados, podemos concluir que a passagem apresentada no exemplo (27) também deveria ter sido virgulada³².

Para terminar, proporia o uso da vírgula nas passagens analisadas:

(26a) «Para contornar as dificuldades [,] a marca “criou uma estrutura própria de logística e faz a distribuição do artigo”, explica.»

(27a) «Para realizar esta transformação [,] investimos 150 mil (...)».

6.3.1.2. Alguns casos de pontuação com relativas

Neste ponto serão apresentadas e analisadas duas passagens em que as dúvidas envolviam a identificação de orações (relativas restritivas ou explicativas) e o uso da vírgula. A cada uma corresponderá a sua análise e, para terminar, apresentarei as minhas conclusões e respetivas propostas de correção.

De acordo com Cunha & Cintra (2005: 644), as orações subordinadas relativas classificam-se em restritivas e explicativas. «As RESTRITIVAS, indispensáveis ao sentido da frase, ligam-se a um substantivo (ou pronome) antecedente sem pausa, razão por que dele não se separam, na escrita, por vírgula. Já as EXPLICATIVAS, denotadoras de uma qualidade acessória do antecedente – e, portanto, dispensáveis ao sentido essencial da frase –, separam-se dele por uma pausa, indicada na escrita por vírgula.» Ou seja, «as explicativas possuem obrigatoriamente uma vírgula entre a oração relativa e o seu antecedente; as restritivas distinguem-se das anteriores pela ausência da vírgula entre a oração relativa e o seu antecedente». (Duarte, 2000: 407)

Partindo desta introdução ao tema em análise, vejamos os seguintes exemplos:

(28) «Um quarto de século depois, o Presidente George H.W. Bush, ao considerar qual seria a melhor forma de pôr fim à invasão do Kuwait pelo Iraque, traçou uma analogia com o Vietname, *onde* a ausência de uma estratégia de saída fez com que as forças norte-americanas ficassem atoladas.»³³

Expresso, edição de 4 de maio de 2013

³² Como se poderá verificar no anexo, pág. 82, este exemplo não foi modificado.

³³ Ver anexo, pág. 72.

(29) «É o caso de Moçambique *que* depois do *elã* provocado por Angola, reúne agora as maiores expectativas por parte de muitas construtoras e empresas do sector.»³⁴

Expresso, edição de 22 de junho de 2013

No exemplo (28), surgiu-me a dúvida na identificação da oração relativa (se restritiva ou explicativa), e consequentemente do uso da vírgula que precede o pronome relativo *onde*.³⁵

De acordo com Sá Nogueira (1974: 49), «a forma “onde” inicia orações de valor adjectivo. Por isso, visto que os adjectivos não se devem separar por vírgula dos substantivos que qualificam ou determinam, em princípio a forma “onde”, pronome relativo, não deve ser precedido de vírgula, embora ela inicie orações.» O autor atribui no entanto uma exceção aquando da existência de uma explicativa, caso esse em que refere que a vírgula deve ser colocada.

Partindo da análise do início deste ponto, e da que Sá Nogueira faz a este pronome relativo, verifica-se que, neste caso, a oração em análise possui valor explicativo porque toda a informação que contém a relativa que *onde* inicia, embora tenha valor informativo, poder-se-á considerar acessória, pois não «modifica a referência do antecedente e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem prejuízo total da mensagem». (Bechara, 2009: 467)

O que significa que se retirássemos a oração explicativa que se segue ao nome *Vietname* – *onde a ausência de uma estratégia de saída fez com que as forças norte-americanas ficassem atoladas* – não prejudicaria o entendimento da mensagem, pois facilmente se subentende o problema que ligou os Estados Unidos ao Vietname há algumas décadas. Azeredo (2008: 320) explica exatamente o que se acabou de referir: «Uma vez que se referem a entidades individuais e não a classes, os nomes próprios vêm normalmente modificados por apostos e/ou orações adjetivas explicativas, que se assemelham aos apostos.» E acrescenta (*Idem*: 320): «É por esse motivo que nomes próprios e pronomes pessoais são normalmente modificados por orações explicativas.»

³⁴ Ver anexo, pág. 80.

³⁵ Outra dúvida referia-se ao mau uso do relativo *onde*, uma vez que este pronome «só se emprega para seres inanimados e exprime uma circunstância de lugar». (Pinto, 2006: 283)

A partir da análise realizada, verifica-se que estamos perante uma oração subordinada adjetiva relativa explicativa porque o antecedente a que o pronome se associa é um nome próprio. Por isso, o uso da vírgula está correto.

O caso do exemplo (29) é semelhante ao do (28) e a dúvida prendia-se com o facto de o pronome relativo *que*, que segue o nome *Moçambique*, ter ou não ter de ser precedido de vírgula, e se a vírgula que antecede o verbo *reunir* na sua forma presente – *reúne* – estaria correta.

Partindo da análise do exemplo (28), e tendo por base Azeredo e Bechara, verifica-se que, também neste caso, temos uma oração relativa explicativa a modificar o nome *Moçambique* – *que reúne agora as maiores expectativas por parte de muitas construtoras e empresas do sector*. Podemos, pois, concluir, que seria necessário colocar uma vírgula a seguir ao nome *Moçambique*.³⁶

Por outro lado, a vírgula posposta ao nome *Angola* está correta porque delimita a parentética – *depois do elã provocado por Angola*. Neste caso, a expressão parentética permite adicionar informação, estabelecendo com o constituinte uma relação similar à das orações relativas explicativas. De acordo com Colaço & Matos (2011), «a possível omissão da expressão parentética mostra que esta constitui um comentário opcional». Ou seja, neste exemplo, a parentética comporta-se como relativa explicativa, sendo por isso acessória da oração que integra. Se fosse retirada, a informação não seria alterada.

Em resumo, seria necessária uma vírgula a preceder o *que* relativo que modifica o nome *Moçambique* por ser uma relativa explicativa. O uso desta vírgula permite isolar, pois, a explicativa. Seria necessário ainda isolar a intercalada *depois do elã provocado por Angola* usando, para isso, uma vírgula posposta ao relativo *que* e outra a preceder o verbo *reúne*.

Para terminar a análise deste exemplo, apresento a minha proposta de revisão:

(29a) «É o caso de Moçambique, que, depois do elã provocado por Angola, reúne agora as maiores expectativas por parte de muitas construtoras e empresas do sector.»

6.4 Sintaxe

³⁶ Só esta vírgula foi usada para tratar este caso no texto que saiu a público.

Este capítulo será dedicado à análise de alguns dos problemas de ordem sintática, levantados durante o período de estágio. Trata-se de casos de concordância, regências – *queísmo* e *dequeísmo* – e ainda o caso da locução *para além de*.

6.4.1. Concordâncias

As concordâncias foram um dos tópicos mais frequentes na tarefa de revisão, pelo facto de se poderem identificar alguns casos de desvio (variação) à norma (concordância literal sujeito-verbo). Refiro-me, em concreto, a casos de concordância sujeito-verbo, com sujeitos compostos e com estruturas de quantificação complexa.

Nos casos de sujeito composto, o verbo deve concordar no plural. No entanto, por razões de ordem estilística, é possível que este apresente marcas de singular (variação relativamente à norma padrão). Nos exemplos a) (concordância literal) e b) (variação), podemos confirmar o que se acabou de explicar.

- a) «A Fernanda e o filho **saíram** de manhã.» (Pinto, 2006: 70)
- b) «O fluxo e o refluxo das ondas nos *encanta*.» (Bechara, 2009: 555)

Também nos casos com estruturas de quantificação complexa, pode-se observar duas formas possíveis de concordância, sendo a concordância singular a correspondente à norma padrão, como se poderá verificar através dos seguintes exemplos:

- c) «Uma parte das pessoas protestou contra as medidas tomadas pelo ministro.» (Peres & Mória, 2003: 476)
- d) «Foram vacinadas um milhão de crianças.» (*Idem*, 2003: 478)

No exemplo d), existe a possibilidade de o verbo concordar não com a expressão de quantificação – *um milhão* –, mas sim com o nome mais encaixado – *crianças*.

De acordo com a minha experiência, os casos de variação mencionados acima podem estar possivelmente relacionados com a proximidade do autor ao texto, em que o primeiro atribui ao segundo um carácter mais sentimental, recorrendo à concordância semântica (não literal) com o objetivo de dar ênfase à ideia. Também poderá, possivelmente, ter que ver com a concordância ser mais simples de realizar com o elemento que está mais próximo do verbo, por implicar menor esforço. Isso pode ser

explicado pelo facto de o nosso cérebro, geralmente, ter mais facilidade em reter o último elemento (o que está mais próximo do verbo). Noutros casos, poderá ser a posição do sujeito o fator que permite facilitar a concordância não literal (por exemplo, se o sujeito se encontrar em posição pós-verbal). Poder-se-á também acrescentar que os períodos demasiado longos podem provavelmente justificar desvios à norma, pois acabam por se ter tornar “pesados” no que respeita ao uso da pontuação e de expressões intercaladas que possam integrar, tornando-os pouco claros e naturalmente de leitura difícil.

Estas são algumas das causas que poderão facilitar situações de concordância não literal, mas outras há, como o facto de os autores, por vezes, não possuírem um conhecimento profundo do funcionamento da língua. A esta realidade junta-se outra, como o facto de os instrumentos de normalização nem sempre desenvolverem os temas de forma aprofundada e objetiva, ou não os referirem de todo.

Neste capítulo irei, pois, ocupar-me da descrição de alguns casos encontrados, sua análise e respetivas propostas de revisão.

6.4.1.1. Concordância com sujeitos compostos

A norma refere que nos casos de sujeito composto o verbo apresenta marcas de concordância plural. No entanto, «[i]mporta salientar que a ausência de concordância literal nem sempre é fonte de agramaticalidade. Aliás, verifica-se que a concordância é uma área da sintaxe da língua portuguesa onde o falante tem muitas vezes a possibilidade de optar livremente entre formas distintas». (Peres & Mória, 2003: 455)

Sobre os motivos que podem promover desvios de concordância, Lapa (1974: 218) apresenta três: «Um, que consiste em concordar as palavras não segundo a letra mas segundo a ideia; outro, segundo o qual a concordância varia conforme a posição dos termos do discurso; e um terceiro, que traduz o propósito de fazer a concordância com o termo que mais interessa acentuar ou valorizar.»

Partindo deste pressuposto, neste ponto apresento alguns exemplos que envolveram dúvidas relativamente à concordância com sujeitos compostos. Para melhor identificação dos casos a intervencionar, cada um deles será seguido pela respetiva análise.

Exemplos:

- (30) «A *distribuição e implementação* dos dois produtos da Watchful já *começou a ser feita* por consultoras e integradoras portuguesas e internacionais que têm tido engenheiros em formação.»³⁷

Expresso, edição de 20 de abril de 2013

No exemplo (30), temos um sujeito composto constituído pelos nomes *distribuição e implementação*, pelo que, e de acordo com as regras gramaticais, a concordância seria realizada com o complexo verbal no plural – *começaram a ser feitas*. Porém, Lapa (1974: 222) afirma que «quando as partes do sujeito múltiplo forem expressões sinónimas ou formarem um todo indiviso, o verbo põe-se geralmente no singular».

O mesmo autor (*Idem*: 223) acrescenta que o facto de o segundo elemento do sujeito não ter o artigo definido leva a que as particularidades dos termos não se acentuem, isto é, não sejam vistos como dois termos independentes, mas sim como um termo “global”, uma unidade. Tendo, pois, em conta estes dois argumentos, poderia assim concluir-se que, na passagem em análise, a concordância está correta.

A toda esta análise pode-se juntar ainda a hipótese pela qual o jornalista, conhecedor da gramática, optou pela concordância no singular. Tendo em conta o que Lapa refere sobre desvios e concordância, parece-me que a primeira razão será a mais plausível das três. Creio, nesse caso, que o autor pretendia referir-se a *distribuição e a implementação* como uma só ideia, e que por essa razão o verbo apresenta marcas de concordância singular.

Embora as duas formas sejam possíveis e se encontrem descritas nos instrumentos de normalização consultados, apresento a minha proposta, acrescentando o artigo ao segundo elemento:

(30a) «A <i>distribuição e a implementação</i> dos dois produtos da Watchful já <i>começaram a ser feitas</i> por consultoras e integradoras portuguesas e internacionais que têm tido engenheiros em formação.»
--

Vejamos agora o exemplo (31):

³⁷ Ver anexo, pág. 61.

(31) «A *cravação e acabamentos* das peças “terão de ser irrepreensíveis e superiores à dos concorrentes”». ³⁸

Expresso, edição de 18 de maio de 2013

Se tivermos por base a introdução a este tema e a análise realizada para o exemplo anterior, verificamos, desde logo, duas diferenças: o primeiro elemento do sujeito composto está no singular e é feminino – *cravação* –, enquanto o segundo elemento é plural e masculino – *acabamentos*. É ainda possível afirmar que acabamento se refere a algo que está a ser finalizado. Neste caso, o processo da cravação remete para um procedimento geralmente realizado antes da finalização da peça, ou seja, do seu acabamento.

A este respeito, Bechara (2009: 555) afirma que o verbo pode ocorrer no singular quando «o segundo substantivo exprimir o resultado ou a consequência do primeiro» ou «se se tratar de substantivos sinónimos ou assim considerados».

Tal como foi referido no caso anterior, a ausência do artigo definido plural *os* antes do nome *acabamentos* remete para a possibilidade de o sujeito poder ser considerado singular em vez de plural.

Também o facto de o autor ter usado a crase *à* no singular (segue o nome plural *superiores*) em vez de no plural parece reforçar a concordância segundo a ideia (silepse) em vez da concordância sujeito/verbo (literal).

Para terminar, e tal como no exemplo anterior, existem duas formas de concordância sujeito-verbo com sujeitos compostos. Uma mais normativa, com o verbo no plural, e a outra com o verbo no singular. Proponho a correção de acordo com a norma, embora ambas as hipóteses sejam possíveis e defensáveis, acrescentando o artigo plural – *aos*.

(31a) «A *cravação e o acabamento* das peças “terão de ser irrepreensíveis e superiores aos dos concorrentes”».

Vejamos agora o último exemplo deste ponto, analisando a concordância na seguinte passagem:

³⁸ Ver anexo, pág. 76.

(32) «Até agora, os especialistas em segurança reforçavam as defesas em volta da informação confidencial, através da construção de corta-fogos *firewalls* e sistemas de encriptação, mas esqueciam que *o perigo de ciberespionagem e das fraudes muitas vezes tem* origem no interior das organizações”.»³⁹

Expresso, edição de 20 de abril de 2013

No exemplo (32), a conjunção *mas* introduz uma adversativa na qual se identifica um sujeito – *o perigo de ciberespionagem e das fraudes* – com o verbo *ter* na sua forma singular – *tem*. A minha dúvida foi precisamente a forma singular na qual ocorre o verbo, pelo facto de o nome *perigo* ter como complementos *ciberespionagem* e *fraudes*.

A este respeito, Bechara (2009: 554) refere que «[q]uando o núcleo é singular e seguido de dois ou mais adjuntos, pode ocorrer o verbo no plural, como se tratasse na realidade de sujeito composto». Acrescenta também que «[a] concordância do verbo no singular é a mais corrente na língua padrão».

Embora haja a possibilidade de o verbo apresentar concordância plural, tendo em conta o que se acabou de explicar, será mais correto que a mesma seja singular, por ser menos marcada.

6.4.1.2. Concordância com sujeitos de estrutura de quantificação complexa

Neste ponto, pretendo analisar dois casos que surgiram e que dizem respeito à possibilidade de haver concordância com o núcleo nominal mais encaixado. Em ambos os casos em análise, o sujeito integra uma estrutura de quantificação complexa.

De acordo com Peres & Mória (2003: 479-80), «trata-se de expressões que, apesar de conterem um núcleo singular – *milhar, maioria, parte* –, remetem não para uma entidade única, mas para um conjunto de entidades. Daí que se diga que há uma concordância com o sentido – plural – da expressão e não com a sua forma – singular».

Os mesmos autores (*Idem*: 478) referem também que «[o] problema geral que as estruturas complexas (...) colocam é o da concordância nem sempre se efectuar com o primeiro núcleo nominal, como, por razões de estrutura sintáctica, se esperaria que

³⁹ Ver anexo, pág. 61.

acontecesse normalmente. Na realidade, verifica-se em muitos textos uma concordância com o núcleo nominal mais encaixado.»

Cunha & Cintra (2005: 496) salientam que quando o sujeito é uma expressão como *uma porção de, parte de, o grosso de* poderá apresentar concordância plural caso o sujeito seja formado com uma destas expressões à qual acrescerá um nome ou pronome plural.

Partindo deste pressuposto, apresento os casos a analisar. Tal como no ponto anterior, a cada caso corresponderá a respetiva análise e proposta de revisão.

- (33) «É *uma iniciativa* que pretende que *um conjunto de agentes* que contribuem para fazer crescer o mercado — entidades financeiras, auditores, advogados, consultores — *juntem* esforços para trazer empresas para a Bolsa.»⁴⁰

Expresso, edição de 20 de abril de 2013

No exemplo (33), a minha orientadora no *Expresso* explicou-me que o verbo *juntar* teria de concordar com o sujeito *uma iniciativa*, pois assim é que a concordância estaria correta. No entanto, a minha dúvida persistiu porque o sujeito de *juntem* não é *iniciativa*, mas sim *um conjunto de agentes*. Nesta frase, o objetivo da *iniciativa* é que alguém, *um conjunto de agentes*, junte esforços para desenvolver determinada tarefa.

Tendo em conta que estamos perante uma estrutura de quantificação complexa em que existe a possibilidade de o verbo exibir concordância singular, no caso de haver acordo com o primeiro núcleo nominal – *um conjunto* –, ou plural, caso o acordo se verifique com o segundo – *agentes* –, e que a primeira situação é a que é considerada mais normativa, gostaria de sugerir a minha proposta de revisão:

(33a) «É *uma iniciativa* que pretende que *um conjunto de agentes* que contribuem para fazer crescer o mercado — entidades financeiras, auditores, advogados, consultores — *junte* esforços para trazer empresas para a Bolsa.»

No exemplo (34), o verbo *estar*, na segunda oração, que é introduzida por *mas*, exibe concordância com o sujeito *um lote de países europeus*. É, pois, um caso semelhante ao anterior, em que há a possibilidade de a concordância ser realizada no plural, de acordo com o núcleo nominal mais encaixado, *países europeus*.

⁴⁰ Ver anexo, pág. 62.

(34) «Nesta fase, as peças das suas coleções já são comercializadas na França, Alemanha, Suíça, Luxemburgo e Moçambique, mas *um novo lote de países europeus, com a Polónia à cabeça, estão na mira do empresário.*»⁴¹

Expresso, edição de 18 de maio de 2013

De acordo com o que foi referido na introdução deste ponto e com a análise realizada no exemplo (33), no caso (34) o verbo poderia apresentar concordância singular, se fosse com o primeiro elemento do núcleo nominal *um novo lote*, ou plural, se fosse com o complemento *países europeus*. Ambas as estruturas são possíveis e aceitáveis, pois encontram-se descritas nos instrumentos consultados, embora a concordância semântica, com o plural, seja considerada uma variação à norma (que é a concordância singular).

Tal como no caso anterior, apresento a minha proposta de revisão, que será a que está prevista na norma – a concordância singular, de acordo com a maioria dos instrumentos⁴².

(34a) «Nesta fase, as peças das suas coleções já são comercializadas na França, Alemanha, Suíça, Luxemburgo e Moçambique, mas um novo lote de países europeus, com a Polónia à cabeça, está na mira do empresário.»

No que se refere a orações relativas, os instrumentos de normalização explicam que nos casos em que o pronome relativo *que* seja antecedido pela estrutura *um dos, uma das* (+ substantivo), o verbo deverá apresentar flexão plural. A este respeito, Cunha & Cintra (2005: 498) salientam que: «Quando o relativo *que* vem antecedido das expressões **um dos, uma das** (+ substantivo), o verbo de que ele é sujeito vai para a 3.^a pessoa do plural ou, mais raramente, para a 3.^a pessoa do singular.» Mas os autores (*Idem*: 498) descrevem ainda a possibilidade de variação, consoante o que se pretenda destacar, ou seja, «[o] verbo no singular destaca o sujeito do grupo em relação ao qual vem mencionado, ao contrário do que ocorre se construirmos a oração com o verbo no plural». E apresentam alguns exemplos (*Idem*: 449): «O homem fora **um dos que** não resistira a tal sortilégio.», «O bispo de Silves foi **um dos que** caiu no erro funesto.»

Partindo deste pressuposto, apresento o caso a analisar, terminando com a minha proposta.

⁴¹ Ver anexo, pág. 76.

⁴² A concordância singular foi também a usada para tratar o exemplo (34). Ver anexo, pág. 76.

(35) «A seguir, recorrem a *um dos* seis afinadores certificados *que retira* das barras as impurezas e as *transforma* em ouro puro. Em média, as barras perdem 20% do seu peso.»⁴³

Expresso, edição de 18 de maio de 2013

A dúvida referia-se à concordância a realizar entre a expressão *um dos seis* e os verbos *retirar* e *transformar*, por me ter sido indicado que ambos os verbos deveriam apresentar concordância plural de forma obrigatória. No entanto, e tendo em conta a introdução no início deste ponto, há, pois, a possibilidade de a concordância também poder ser realizada no singular pelo facto de *um* ser singular.

Por sua vez, o segundo verbo – *transforma* – concordará também com o sujeito a que se refere e que se pretende destacar.

Para terminar, a minha proposta de revisão seria apresentar o verbo com flexão plural nos dois casos – *retiram* e *transformam* –, por estar de acordo com a norma:

(35a) «A seguir, recorrem a um dos seis afinadores certificados que <i>retiram</i> das barras as impurezas e as <i>transformam</i> em ouro puro. Em média, as barras perdem 20% do seu peso.»

6.4.2. *Queísmo*

O *queísmo*, também designado por estratégia cortadora, é um fenómeno que ocorre no português europeu e que consiste na tendência da não realização da preposição *de* em construções verbais, nominais, adjetivais e expressões verbais complexas. (Arim, 2008: 45)

Por seu lado, Rabanales (1974) refere que:«(...) el “queísmo” se trata de la tendencia a omitir la preposición *de* delante del *que* (...) cuando la norma académica hace esperar su presencia.»

Embora este fenómeno não venha descrito em alguns dos instrumentos consultados, a verdade é que parece estar a generalizar-se em Portugal. Uma das razões possíveis para que tal aconteça, de acordo com Peres & Mória (2003: 291), será a possível influência do português do Brasil.

A ocorrência desta estratégia verifica-se maioritariamente na oralidade, embora a tendência esteja a mudar e vá sendo mais frequente na escrita. Segundo Arim, Ramilo e

⁴³ Ver anexo, pág. 76.

Freitas (2003), em «alguns contextos os falantes preferem esta estratégia à canónica, que consideram pouco natural». Porém, no que toca aos meios de comunicação, os autores já são da opinião que é a norma canónica que prevalece. De facto, Arim (2008) refere que as construções *queístas* se observam com mais frequência na rádio e na televisão do que na imprensa escrita.

Independentemente da sua origem e da sua frequência, Peres & Mória (2003: 291) consideram «que a aceitabilidade da supressão da preposição varia com os predicados utilizados». E, segundo Arim (2008), as construções *queístas* verificam-se sobretudo com verbos pronominais.

Partindo desta breve introdução ao tema, gostaria de analisar os casos abaixo, os quais me suscitaram algumas dúvidas no decorrer da minha tarefa de revisão.

Exemplos:

(36) «*Convicto que* o esperam três anos de intensos desafios, diz-se preparado (...)».⁴⁴

Expresso, edição de 27 de abril de 2013

(37) «”Quando saí da universidade de engenharia tinha a *ilusão que* tudo se podia resolver com lógica e uma folha de Excel”, explica Tiago Seabra.»⁴⁵

Expresso, edição de 22 de junho de 2013

No exemplo (36), a dúvida recaía sobre a possível ocorrência da preposição *de*, que introduz o complemento de *convicto*. Tendo em conta que a estratégia cortadora pode também ocorrer em casos de relativas em que o constituinte relativo é um complemento de um nome ou de um adjetivo (cf. Arim, Ramilo e Freitas, 2003), consultei o dicionário Houaiss (2011: 662) para, através deste instrumento, verificar se o adjetivo *convicto* seleccionaria alguma preposição. Pude então apurar que este rege a preposição *de* e apresenta como um dos seus significados «que tem convicção de algo».

Ao consultar também o portal Ciberdúvidas, pude averiguar que «o adjetivo **convicto** selecciona uma oração completiva preposicionada (introduzida pela preposição **de**), razão pela qual a construção “convicto de que” é a que deve ser usada».

Tendo em conta os instrumentos consultados, e uma vez que a estratégia cortadora também pode ocorrer em orações completivas (cf. Arim, Ramilo e Freitas, 2003), é pois

⁴⁴ Ver anexo, pág. 63.

⁴⁵ Ver anexo, pág. 79.

necessária a respetiva correção com a adição da preposição *de* posposta ao adjetivo *convicto*.

Por último, no exemplo (37), a dúvida referia-se à possibilidade de realizar ou não a preposição *de* posposta ao substantivo *ilusão*.

De acordo com o mencionado, o apagamento da preposição *de* pode verificar-se em orações relativas ou completivas cujo constituinte relativo seja complemento de verbo, adjetivo ou substantivo, que é o caso deste último ponto. Após consulta do dicionário Houaiss (2008: 1236), verifiquei que o substantivo *ilusão* pode ser regido pela preposição *de*. Com efeito, e tendo em conta o já referido, sugeria que a preposição *de* fosse colocada.

Para terminar este ponto, gostaria de resumir as seguintes propostas de revisão após consulta aos instrumentos:

(36a) «Convicto [de] que o esperam três anos de intensos desafios, diz-se preparado (...)».

(37a) «"Quando saí da universidade de engenharia tinha a ilusão [de] que tudo se podia resolver com lógica e uma folha de Excel", explica Tiago Seabra.»

6.4.3. *Dequeísmo*

Enquanto o *queísmo*, como vimos, se refere a estruturas (verbais, nominais, adjetivais e expressões verbais complexas) em que há a omissão da preposição *de*, o *dequeísmo* é o fenómeno oposto, ou seja, neste caso a preposição *de* ocorre a seguir ao relativo *que* em contextos que não a exigem. Gostaria, pois, de tratar neste capítulo o único caso de *dequeísmo* que encontrei no decorrer da tarefa de revisão.

(38) «Devíamos *de* ter fugido antes de chegar aos dez metros de banca e 60 variedades de queijos, onde, entre muitas outras qualidades e tamanhos, se exibia um emmental de um metro de largura.»⁴⁶

Revista, edição de 4 de maio de 2013

Para verificar a necessidade da introdução da preposição *de* na oração, recorri ao *Dicionário Sintático de Verbos Portugueses* (1994: 174), o qual menciona que o verbo *dever* não é regido pela preposição *de*. A estrutura de *dever* + *infinitivo* referida neste

⁴⁶ Ver anexo, pág. 69.

instrumento através de exemplos encontra-se também apresentada em Fernandes (2008: 240), embora este último saliente que o uso da preposição *de* entre o verbo *dever* e *infinitivo* em alguns casos pode indicar probabilidade. Também Torres (1958: 301-2) destaca que «o verbo *dever* costuma vir ligado a um infinitivo», mas não exclui o uso da preposição *de* em contexto de incerteza.

Possivelmente, pode ter havido confusão com o nome *dever*, o qual rege a preposição *de*, ou então pode ser um caso de analogia com *ter de*, em que o verbo *dever* assume o mesmo valor de *ter de* (valor de obrigatoriedade).

Com efeito, e para terminar, proponho a eliminação da preposição *de* nesta passagem, conforme se indica:

(38a) «Devíamos ter fugido antes de chegar aos dez metros de banca e 60 variedades de queijos, onde, entre muitas outras qualidades e tamanhos, se exibia um emmental de um metro de largura.»

6.4.4. Outros casos

Além dos casos apresentados acima, houve outro que surgiu frequentemente nos textos trabalhados, que se refere a locuções. Trata-se da expressão *para além de*, que tratarei neste ponto.

6.4.4.1. O caso da locução *para além de*

A locução *para além de* foi uma expressão bastante comum nas notícias que foram revistas, e constituiu, para mim, uma dúvida pelo facto de me ter sido indicado que deveria eliminar a preposição *para* por a mesma constituir um erro.

Com o objetivo de perceber se a locução era ou não produtiva, recorri, em primeiro lugar, ao CETEMPúblico⁴⁷. Foi possível observar que o número de ocorrências da locução *além de* (21 771) era bastante superior ao da locução *para além de* (7165).

Em segundo lugar, recorri ao portal Ciberdúvidas por não ter encontrado informação relevante nos instrumentos de normalização consultados. Neste portal, encontrei algumas justificações para o uso desta locução *para além de*, neste caso:

«A locução “para além de” assume diversos significados:

⁴⁷ A 01 de outubro de 2013.

a) pode ter um sentido espacial, significando o mesmo que "Para lá ou mais adiante do que em determinado ponto no espaço"; ou ainda "Do outro lado de". Exemplo: "Para além daqueles montes fica a Espanha."

b) pode ter um sentido temporal:

"Para lá ou mais adiante do que um determinado ponto no tempo". Exemplo: "O espectáculo não deve durar para além da meia-noite."

c) pode significar "Em quantidade, extensão, amplitude, valor ou número superior a". Exemplo: "Não gastes para além de 60 euros."

d) pode, também, ter o sentido de "Em adição a alguma coisa, situação, actividade ou algo que é mencionado". É neste caso que é lícito perguntar: "Como é a vossa vida, para além do futebol?"»

Consultei ainda o dicionário Houaiss (2011: 112), o qual apresenta uma entrada para a locução *além de*. No entanto, nenhum dos seus significados remete para a locução *para além de* e esta nem sequer existe na entrada da preposição *para* como uma das locuções em que o *para* entra.

Tendo em conta o exposto no portal Ciberdúvidas, parece ter havido um aproveitamento da locução *para além de* noutros contextos além dos exemplificados acima. Uma vez que a locução *além de* tem sentido aditivo, é possível que tenha sido anexada a preposição *para* a essa expressão aparentemente igual, mas com sentido diferente.

Com efeito, verifica-se que as duas expressões, *além de* e *para além de*, podem coexistir, embora haja uma tendência para a eliminação da preposição *para*.

Para terminar, coloco alguns dos exemplos que justificaram um ponto dedicado a este tema. No anexo, a preposição *para* foi eliminada em todos os exemplos.

Exemplos:

(39) «*Para além do apoio à inscrição de equipas, a Essilor Portugal patrocina também o Global Management Challenge.*»⁴⁸

Expresso, edição de 4 de maio de 2013

⁴⁸ Ver anexo, pág. 71.

(40) «*Para além disso*, e ainda no domínio dos conselhos (...)».⁴⁹

Expresso, edição de 22 de junho de 2013

Para terminar este ponto, deixo as minhas propostas de revisão, como se observa:

(39a) «Além do apoio à inscrição de equipas, a Essilor Portugal patrocina também o Global Management Challenge.»

(40a) «Além disso, e ainda no domínio dos conselhos (...)».

7. Conclusão

A experiência que tive no *Expresso* permitiu-me identificar algumas dificuldades na realização diária do trabalho de revisão de texto, pelo facto de nunca ter trabalhado numa redação de tão grandes dimensões, de ter tido de intervir em notícias de temas variados e de ter tido de lidar com um número muito maior de autores do que estava habituada. Além de me permitir identificar as dificuldades, esta experiência levou-me também a refletir sobre estratégias que permitirão melhorar o meu trabalho.

Uma das dificuldades neste tipo de trabalho são os prazos e os horários de fecho das publicações nas redações que, por vezes, são apertados, não permitindo ao revisor dispor do tempo necessário para trabalhar um texto com qualidade. Tal dificuldade irá depender também do texto a trabalhar, e vários fatores podem ser apontados, como: a dimensão da notícia, o horário de entrega da notícia ao revisor, o grau de conhecimento de português do autor (pontuação, concordâncias, regências, etc.) e o seu peso na sociedade, conhecimento do revisor do tema que está a rever (termos técnicos transversais às várias áreas de atividade), entre outros.

Outra razão prende-se com as ferramentas de trabalho que um revisor de texto tem à disposição. Para tirar dúvidas, e assim poder realizar o seu trabalho, o revisor recorre a instrumentos de normalização. Porém, nem sempre estes instrumentos desenvolvem os temas de forma pormenorizada, clara e objetiva. Por vezes, também nem sempre dão resposta a muitas questões, sobretudo aquelas em que existe mais variação.

⁴⁹ Ver anexo, pág. 79.

As questões de ordem gráfica são outra das dificuldades que interferem com o trabalho de um revisor, uma vez que podem causar inconvenientes no que respeita, por exemplo, ao bom uso da língua portuguesa. O facto de determinada notícia, título ou subtítulo ter de encaixar num número pré-determinado de caracteres condiciona, algumas vezes, o trabalho de revisão. Recordo-me da dúvida de um jornalista que queria saber da possibilidade de escrever ‘super’ entre plicas em vez de supermercado, simplesmente porque a palavra não cabia no espaço destinado ao título. Ou seja, parece ser necessário efetuar adaptações para promover a coexistência entre gramaticalidade e estética. Não há certo e errado, mas sim uma espécie de gradação, que vai do que está correto (normativo) ao que tem aceitabilidade (variação) até chegar ao erro (agramaticalidade).

Também os períodos muito longos, com muita pontuação e integrando expressões intercaladas, podem levantar alguns problemas na tarefa da revisão, sobretudo no que diz respeito a variação e norma. Existem também outras situações, apontadas no capítulo das concordâncias (6.4.1), em que há, possivelmente, mais facilidade em optar pela concordância não-literal em vez de a prescrita pela norma (concordância literal sujeito-verbo). Nos casos em que os sujeitos sejam estruturas de quantificação complexa e sujeitos compostos, por exemplo, podem levar a que os autores optem pela concordância com o elemento que se encontra mais próximo do verbo, que se explica pelo facto de ser a última coisa que o cérebro retém. A acrescentar aos casos descritos acima, poder-se-á também dizer que o sujeito em posição pós-verbal pode facilitar a ocorrência de casos de concordância não literal.

Caberá, pois, ao revisor verificar os problemas e corrigi-los ao abrigo da norma, pois, enquanto profissional desta área, o seu trabalho tem obrigatoriamente de seguir uma linha orientadora, que é a disponibilizada pelos instrumentos. Muito dificilmente o revisor poderá ultrapassar esta linha, a não ser que tenha argumentos muito fortes e que sejam apoiados num profundo conhecimento do funcionamento da língua.

No que respeita à dificuldade de uniformização de critérios no tratamento de estrangeirismos, segundo me foi possível apurar, contribui para este facto o uso abundante de termos técnicos de algumas áreas – de informática, *marketing*, saúde, economia, entre outras –, o que dá origem a textos com demasiados itálicos ou aspas, dificultando naturalmente a leitura.

A estas dificuldades acrescem outras, como a ênfase dada à otimização da tarefa de revisão em termos de economia de tempo e à estética da página. Também no tratamento de empréstimos, como se verificou, não existe uma norma.

Entre as duas versões do jornal – papel e *online* –, não há critério de uniformização, uma vez que a versão em papel é revista, o mesmo não acontecendo à versão *online*. Embora tal situação possa ser justificada por fatores económicos, o que acontecerá se o jornal em papel desaparecer num futuro próximo? ⁵⁰

Dos temas que compõem este trabalho, a pontuação foi um dos mais difíceis, por não haver muita informação sobre o uso da vírgula em diferentes contextos. De acordo com Duarte (2000: 402), «a consulta de muitas gramáticas mostrará que é inexistente ou diminuta a parte consagrada a esta matéria», principalmente no caso das adverbiais pospostas.

Para terminar, propunha a redação de um guia interno que visasse a afinação de critérios com vista à uniformização do tratamento de empréstimos, de estrangeirismos, de pontuação e de concordâncias. O objetivo seria, pois, o de facilitar o trabalho do revisor e o dos jornalistas nas suas tarefas.

⁵⁰ A este respeito, consultar secção 3, página 15.

8. Referências bibliográficas

- Arim, E. (2008). Construções queístas no discurso dos meios de comunicação social portugueses. *Textos Seleccionados. XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 47-60*
- Arim, E., Ramilo, M., Freitas, T. (2003). Estratégias de relativização nos meios de comunicação social portugueses. *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 279-288*
- Azeredo, J. (2008). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. Publifolha. São Paulo
- Barata, A. (1989). *Dicionário Prático de Locuções e Expressões Peculiares da Língua Portuguesa*. Livraria A.I. Braga
- Bechara, E. (2009). *Moderna Gramática Portuguesa* (37.^a ed) atualizada pelo novo Acordo Ortográfico. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro
- Barbosa J. (s/d). *Dicionário de frases e locuções francesas*. Civilização. Porto
- Boléo, M. (1965). *O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos: em especial dos francesismos em Português*. Coimbra editora. Coimbra
- Büsse, W. (1994). *Dicionário Sintático de Verbos Portugueses*. Almedina. Coimbra
- Colaço & Matos (2011). Construções parentéticas coordenadas ancoradas oracionais e sintagmáticas *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 182-196*
- Correia, M. (2005). A terminologia em Portugal e países de língua portuguesa em África. *Terminómetro*, número especial (versão entregue para publicação). Lisboa, pp. 15-20 (<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-mcorreia-terminometro1.pdf>)
- Costa, F. (1990). *Dicionário de Estrangeirismos*. Editorial Domingos Barreira. Lisboa
- Cunha & Cintra (2005). *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (18.^a ed). João Sá da Costa. Lisboa
- Duarte, I. (2000). *Língua Portuguesa. Instrumentos de Análise*. Universidade Aberta. Lisboa
- Fernandes, F. (2008). *Dicionário de verbos e regimes*. Editora Globo. São Paulo

- Figueiredo, C. (1956). *Os estrangeirismos. Resenha e comentário de centenas de vocábulos e locuções estranhas à língua portuguesa*. Volume 1. (6.^a ed). Livraria Clássica. Lisboa
- Freitas T., Ramilo M., Arim E. (2003). Os neologismos nos meios de comunicação portugueses. *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 443-454*
- Gomes, M. (1997). *Júlio César Machado e o francesismo em Portugal no século XIX*. Lisboa. Dissertação de Mestrado em Literaturas Comparadas Portuguesa e Francesa. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa
- Houaiss, A. (2011). *Dicionário do Português Atual* (1.^a ed). Círculo de Leitores. Lisboa
- Machado, J. (1994) e (1997). *Estrangeirismos na Língua Portuguesa*. Editorial Notícias. Lisboa
- Miranda, C. (2012). *Revisão no Correio da Manhã e respectivas revistas*. Relatório de Estágio de Mestrado em Edição de Texto. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa
- Lapa, M. (1974). *Estilística da Língua Portuguesa*. Coimbra Editora. Coimbra
- Oliveira, S. (1996). *Os galicismos em Eça de Queirós*. 2 vol. Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa. Universidade de Coimbra. Coimbra
- Olívia, M. pseud. (1959). *Aspectos linguísticos da pontuação*. Separata Revista Portugal, 172. [s.n.]. Lisboa
- Peres & Móia (2003). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. (2.^a ed.) Coleção Universitária, série Linguística. Caminho. Lisboa
- Pinto, J. (2006). *Novo Prontuário Ortográfico*. Plátano Editora. Lisboa
- Rabanales, A. (1974). Versión corregida y aumentada de la publicada en *Homenaje a Ángel Rosenblat en sus 70 años. Estudios filológicos y lingüísticos*. Caracas, Instituto Pedagógico, págs. 413-444.
(http://onomazein.net/12/12_2.pdf) (acedida a 8 de setembro de 2013)
- Rebelo, J. (1957). *Pontuação e análise sintáctica* (2.^a ed). Coimbra. Coimbra Editora
- Rosa, M. (1994). *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*. Tese de Doutoramento em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Letras. 2 volumes. Rio de Janeiro
- Sá Nogueira, R. (1974) e (1989). *Guia alfabética de pontuação*. Clássica Editora. Lisboa

Silva Bastos (1933). *Estrangeirismos, erros e vícios de linguagem*: colecção alfabetada de solecismos e estrangeirismos [S.I.: s.n.]

Teixeira, M. (2007). *A entrada dos estrangeirismos na língua portuguesa. Contributos para um estudo sociolinguístico. Volume 1*. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de estudos anglísticos. Lisboa

Torres, A. (1958). *Curiosidades sobre regência verbal*. Separata da ‘Revista de Portugal – Série A – Língua Portuguesa’ – vol. N.º XXIII – Lisboa

Vilela, M. (s/d). *A norma purista no século XVIII (com base num exemplo)* <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6530.pdf> – (acedido a 10 de junho)

Villalva, A. (2008). *Morfologia do Português*. Universidade Aberta. Lisboa.

Dicionários consultados

Dicionário Universal da Língua Portuguesa. (2001) Texto editora. Lisboa

Páginas de internet consultadas

Página do FLIP – Ferramentas para a Língua Portuguesa:

– sobre o tema da expressão *um outro*

<http://www.flip.pt/Duvidas-Linguisticas/Duvida-Linguistica.aspx?DID=5171> (acedido a 22 de junho de 2013)

Portal Ciberdúvidas:

– sobre o tema da pontuação em orações relativas

<http://www.ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=9073> (acedido a 2 setembro de 2013)

– sobre o tema *queísmo*/estratégia cortadora

<http://www.ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=31468> (acedido a 8 de setembro de 2013)

– sobre o tema da expressão *de forma a que*

<http://ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=21475> (acedido a 10 de setembro de 2013)

– sobre o tema da expressão *para além de*

<http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=23724> (acedido a 1 de outubro de 2013)

Dados do perfil do leitor pela Impresa Publishing:

<http://tabelas.impresapublishing.pt/perfis//pt/Perfil%20Leitor%20Expresso.pdf> (acedido a 8 de setembro de 2012)

Dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação:
http://www.apct.pt/Analise_simples.php?idSegmento=&ano=2013&ordenacao=titulo%20ASC (acedido a 8 de setembro de 2013)

Revista *Briefing online* sobre a questão do desaparecimento dos jornais:
<http://www.briefing.pt/media/21934--2028-o-ano-do-fim-dos-jornais-impresos-em-portugal.html> (acedido a 9 de setembro de 2013)